

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

ANTONIO DANILO BANDEIRA GOMES

**ESTUDO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS PELO PROJETO
“ARTE CRIANÇA” NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE**

SÃO LEOPOLDO

2018

ANTONIO DANILO BANDEIRA GOMES

**ESTUDO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS PELO PROJETO
“ARTE CRIANÇA” NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de concentração: Religião e Educação
Linha de pesquisa: Educação Comunitária com
Infância e Juventude

Orientadora: Gisela Isolde Waechter Streck

SÃO LEOPOLDO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633e Gomes, Antonio Danilo Bandeira
Estudo das ações educacionais desenvolvidas pelo projeto "Arte Criança" na inclusão social de crianças e adolescentes do município de Iguatu-CE / Antonio Danilo Bandeira Gomes ; orientadora Gisela Isolde Waechter Streck. – São Leopoldo : EST/PPG, 2018.

76 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2018.

1. Integração social. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Exclusão social. 4. Crianças – Brasil – Condições sociais. 5. Adolescentes – Brasil – Condições sociais. 6. Projeto Arte Criança (Iguatu, CE). I. Streck, Gisela I. W. (Gisela Isolde Waechter), orientadora. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

ANTONIO DANILO BANDEIRA GOMES

**ESTUDO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS PELO PROJETO
“ARTE CRIANÇA” NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
DO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de concentração: Religião e Educação
Linha de pesquisa: Educação Comunitária com
Infância e Juventude

Data de aprovação: 05 de outubro de 2018

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Oneide Bobsin – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Elivaldo Serrão Custódio – Doutor em Teologia – UNIFAP

Aos meus pais, Juraci Gomes de Araújo e Antonia Bandeira de Souza. Por fim, às minhas filhas Danielly de Carvalho Gomes e Marianne de Carvalho Gomes, presentes de Deus, e meus amores incondicionais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre ter me guiado no decorrer do curso, mostrando os caminhos e soluções para enfrentar os desafios, os quais foram muitos.

Ao Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-*Campus* Iguatu, Professor Dr. Dijauma Honório Nogueira, pelo apoio e celeridade nos trâmites necessários para minha participação no mestrado.

A Faculdades EST, pela excelente acolhida, carinho, respeito e atenção, sempre dispensado aos/às alunos (as), sem distinção.

À minha orientadora, Professora Dra. Gisela Isolde Waechter Streck, pela cordialidade, atenção, paciência e pelas riquíssimas orientações, que foram fundamentais na construção, no amadurecimento e aprofundamento da pesquisa para a finalização deste trabalho.

Ao Diretor Administrativo, Francisco Francinildo de Oliveira Lima e ao Coordenador Geral de Administração, José Wellington de Oliveira, ambos do *Campus* Iguatu, do Instituto Federal do Ceará, pelo apoio e concessões tão necessárias para conclusão deste curso.

Ao Projeto Arte Criança, na pessoa da Presidente, Francilene Pereira Santos, por abrir as portas da Instituição, sem restrições, para busca na coleta de informações e materiais necessários na concretização do trabalho de pesquisa.

À minha esposa Marinalva Neves de Carvalho Gomes e às minhas filhas Danielly e Marianne, pelo apoio e compreensão, durante os períodos de ausências, os quais foram reservados aos estudos na EST.

A todos (as) os (as) professores (as) da Faculdades EST, pelas riquíssimas aprendizagens.

Ao Professor Dr. Lúcio José de Oliveira, pela colaboração.

Aos/às colegas de turma do mestrado, pelo companheirismo, pela aprendizagem e amizade. Momentos os quais considero inesquecíveis.

Por fim, a todas as pessoas não citadas, que contribuíram diretamente ou indiretamente na realização deste trabalho acadêmico.

RESUMO

Estudo qualitativo bibliográfico e documental acerca das ações educacionais desenvolvidas pelo Projeto Arte Criança na inclusão social de crianças e adolescentes do município de Iguatu-CE. No primeiro capítulo é feita uma retrospectiva dos aspectos legais da inclusão social no Brasil, em especial de crianças e adolescentes. É apresentado um breve histórico da infância no Brasil, destacando as vulnerabilidades do processo de inclusão social desse grupo. Especial destaque é dado à situação da infância no estado do Ceará. No segundo capítulo são apresentados os aspectos teóricos e teológicos da inclusão e da exclusão sociais. Faz-se uma análise comparativa entre a inclusão e a exclusão, levantando-se os seus aspectos teóricos para, em seguida, apresentar as perspectivas teológicas da inclusão social. No terceiro capítulo é apresentado o Projeto Arte Criança, seu histórico, suas ações e os resultados obtidos por meio de suas intervenções, como também um tópico avaliativo do projeto. O Projeto Arte Criança surgiu de uma experiência dos artistas Cleodon de Oliveira e Nonato de Moura, numa Colônia de Férias intitulada “Programa Recreio,” na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Filgueiras Lima”, localizada no bairro Veneza, em Iguatu-CE. Naquele momento, foram realizadas oficinas de danças folclóricas. As atividades tiveram continuidade no Núcleo da FEBEMCE Projeto Iguatu (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), com atividades de teatros de ator e de bonecos. Constata-se o tamanho da importância e da relevância que assumiu a iniciativa de dois artistas e amigos no sentido de promover a Arte e a Educação no município de Iguatu. Houve inúmeros momentos de ameaça de descontinuidade do PAC em função dos solavancos do cenário econômico e político no âmbito nacional, estadual e local. Durante toda a sua existência, o PAC e suas ações se ressentiram da insuficiência de recursos financeiros, materiais e de pessoal. O objetivo deste trabalho é conhecer as ações educacionais desenvolvidas pelo Projeto Arte Criança na inclusão social de crianças e adolescentes do município de Iguatu-CE.

Palavras-chave: Inclusão social de crianças. Exclusão social de crianças. Projeto Arte Criança. Infância.

ABSTRACT

This is a bibliographic, qualitative and documental study about the educational actions developed by the Projeto Arte Criança [Child Art Project] of social inclusion of children and adolescents of the municipality of Iguatu-CE. In the first chapter a retrospective is made of the legal aspects of social inclusion in Brazil, especially of children and adolescents. A brief history of childhood in Brazil is presented, highlighting the vulnerabilities of the process of social inclusion of this group. Special attention is given to the situation of children in the state of Ceará. In the second chapter the theoretical and theological aspects of social inclusion and exclusion are presented. A comparative analysis between inclusion and exclusion is made, presenting their theoretical aspects, after which the theological perspectives of social inclusion are presented. In the third chapter the Projeto Arte Criança is presented, along with its history, its actions and the results obtained through its interventions, as well as an evaluative topic of the project. The Projeto Arte Criança emerged from an experience of the artists Cleodon de Oliveira and Nonato de Moura, in a Vacation Camp entitled “Programa Recreio,” [Recreation Program] at the State School of Fundamental and Secondary Education “Filgueiras Lima”, located in the Veneza neighborhood in Iguatu-CE. At that moment, folkloric dance workshops were carried out. The activities continued in the Nucleus of the FEBEMCE Projeto Iguatu (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor [State Foundation for the Well Being of the Minor]), with activities of actor and puppet theaters. The great importance and relevance which the initiative of the two artists and friends took on was perceived in the sense of promoting Art and Education in the municipality of Iguatu. There were innumerable moments of threats to discontinue the PAC due to the jolts in the economic and political scenario at the national, state and local levels. During all of its existence the PAC and its actions felt deeply the lack of financial, material and human resources. The goal of this paper is to get to know the educational actions developed by the Projeto Arte Criança for the social inclusion of children and adolescents of the municipality of Iguatu-CE.

Keywords: Social Inclusion of children. Social Exclusion of children. Inclusão social de crianças. Exclusão social de crianças. Projeto Arte Criança [Child Art Project]. Childhood.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	19
2.1	História da infância no Brasil.....	19
2.2	Situação atual da infância no Brasil: vulnerabilidade e inclusão social.....	23
2.3	Situação da infância no estado do Ceará.....	28
3	ASPECTOS TEÓRICOS E TEOLÓGICOS DA INCLUSÃO E DA EXCLUSÃO SOCIAIS.....	35
3.1	Inclusão social versus exclusão social: aspectos teóricos.....	35
3.2	Perspectiva teológica da inclusão social.....	44
4	O PROJETO ARTE CRIANÇA EM IGUATU-CE.....	51
4.1	Histórico.....	51
4.2	Ações do Projeto.....	54
<i>4.2.1</i>	<i>O Programa Educando com Arte.....</i>	<i>55</i>
<i>4.2.2</i>	<i>O Programa Educando com a Música.....</i>	<i>56</i>
<i>4.2.3</i>	<i>O Programa A Tenda e o Conto.....</i>	<i>58</i>
<i>4.2.4</i>	<i>Projeto Capoeira.....</i>	<i>59</i>
4.3	Resultados do Projeto Arte Criança.....	60
4.4	Avaliando o Projeto Arte Criança.....	62
5	CONCLUSÃO.....	65
	REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Partindo-se do pressuposto de que são poucas as iniciativas que trabalham atividades relacionadas às raízes e tradições culturais com fins educacionais para a inclusão social de crianças e adolescentes, sobretudo em municípios localizados na região Centro-Sul do estado do Ceará, área constantemente afetada pelo flagelo da seca e pelo visível contraste na distribuição de renda, como é o caso de Iguatu, conhecer, de forma sistematizada, as ações desenvolvidas pelo Projeto “Arte Criança”, dá relevância ao assunto da pesquisa, assim como justifica sua escolha.

Além disso, desde que surgiu no ano de 1990, o Projeto “Arte Criança” continua com o mesmo propósito: incluir crianças e adolescentes desprovidos de recursos financeiros, facultando-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social com liberdade e dignidade, já havendo se tornado referência nos âmbitos municipal e estadual no processo de inclusão social, o que também dá relevância e justifica a escolha do assunto.

Nesse sentido, pelo que já se justificou da escolha do assunto, percebe-se que a pesquisa proposta apresenta, além de relevância social, relevância científica. Afirma-se isso porque a realização da pesquisa importa em grande relevância social, tendo em vista que as ações sociais, antes vistas apenas como competência do Estado, vêm ganhando novos adeptos e defensores, a exemplo das organizações não governamentais, como é o caso do Projeto “Arte Criança”. Já sendo possível perceber um retorno social positivo, sobretudo na busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades onde essas organizações desenvolvem suas ações, além dos efeitos refletidos na sustentabilidade, na efetividade, na inclusão e na transformação social, que normalmente resultam no fortalecimento da cidadania e em mudança, para melhor, na vida dessas comunidades.

No que diz respeito à relevância científica, a pesquisa também implica substancial destaque, uma vez que ela segue os moldes do conhecimento científico, considerando-se a ciência como uma tentativa de descrever, interpretar e generalizar uma realidade observada e isenta de questões ideológicas e éticas, ou juízos de valor, além de proporcionar, pelo menos, aumento e melhoria do conhecimento, descoberta de novos fatos ou fenômenos e aproveitamento material do conhecimento adquirido, visando à melhoria da condição de vida humana, dentre as várias tarefas que a ciência tem a cumprir.

Nesse sentido, a pesquisa em estudo tem por objetivo investigar as ações educacionais desenvolvidas pelo Projeto “Arte Criança” no processo de inclusão social de crianças e adolescentes do município de Iguatu-CE. Para tanto, foi levantado o seguinte

problema de pesquisa: como o Projeto “Arte Criança” vem desenvolvendo ações educacionais para a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Município de Iguatu-CE?

O questionamento apresentado acima culminou com as seguintes hipóteses: O Projeto Arte Criança vem desenvolvendo suas ações educacionais por meio de atividades artísticas e culturais; sendo um projeto de entidade de utilidade pública de inclusão social, que foi reconhecida nos âmbitos municipal e estadual, o “Arte Criança” procura valorizar as raízes e tradições culturais para desenvolver suas atividades e para fazer seu trabalho de inclusão social; o Projeto Arte Criança (PAC) busca desenvolver suas atividades educacionais de modo a tornar visível que a arte e a cultura têm papel determinante na formação e na transformação do indivíduo no seio da sociedade, tendo em vista que essas favorecem o exercício da cidadania, a busca por melhoria da qualidade de vida, a capacidade de desenvolver, com qualidade, a projeção natural da vida de indivíduos, com a premissa de que essa transformação seja contínua e relevante.

O alicerce metodológico deste trabalho está calcado na pesquisa qualitativa¹, na pesquisa bibliográfica² e na pesquisa documental³. O estudo fez uso da abordagem qualitativa de pesquisa⁴. A utilização de dados, as características do ambiente natural e o pesquisador como instrumento principal da pesquisa fazem com que a situação observada e estudada tenha importante análise com uma abordagem a partir da predominância de elementos descritivos para uma aproximação real do objeto de estudo.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ela se preocupa, nas ciências sociais⁵, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um nível de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. Essa forma de pesquisa se dá pelo fato de que é possível aproximar a realidade que se busca estudar, para que assim se façam as observações na forma como elas se manifestam no cotidiano de maneira natural, analisando e observando todos os detalhes e os fenômenos na sua ocorrência no dia a dia⁶.

¹ ANDRÉ, Marli; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

² GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

³ MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

⁴ ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 47.

⁵ MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁶ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

A análise e a observação são vistas como métodos principais de investigação, pelo fato de tornar possível uma ligação mais evidente entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa. Por intermédio dessas duas formas de pesquisa é possível reunir informações e assim ter uma visão sobre o objeto e o tema estudado partindo de um ângulo com relação direta entre o observador e o observado⁷.

Outro tipo de pesquisa utilizada no trabalho foi a bibliográfica, que conforme Gil, “é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos”.⁸ Também foi aplicada a pesquisa documental, que segundo Gil, “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.⁹

Este estudo foi realizado no Município de Iguatu, Estado do Ceará, localizado entre os quadrantes 7,44° S – 40,87° W e 5,39° S – 38,79° W; que de acordo com a classificação Köppen, se encontra inserido numa zona climática do tipo BSw’h’, clima semiárido quente com precipitações máximas de outono e temperatura média mensal sempre superior a 18° C; a evaporação potencial, medida por meio de Tanque Classe A, está em torno dos 2.943 mm.ano⁻¹; a temperatura média do ar oscila entre os 21,9°C e 33,39°C; a umidade relativa do ar 66,1%, com ventos de 1,8 m.s⁻¹ e insolação de 2.945 h.ano⁻¹¹⁰.

No primeiro capítulo é feita uma retrospectiva dos aspectos legais da inclusão social no Brasil, em especial de crianças e adolescentes. É apresentado um breve histórico da situação atual da infância no Brasil, destacando as vulnerabilidades do processo de inclusão social desse grupo. Especial destaque é dado à situação da infância no estado do Ceará.

No segundo capítulo são apresentados os aspectos teóricos e teológicos da inclusão e da exclusão sociais. Faz-se uma análise comparativa entre a inclusão e a exclusão, levantando-se os seus aspectos teóricos para, em seguida, apresentar as perspectivas teológicas da inclusão social. São apresentados diversos autores e múltiplas abordagens.

No terceiro capítulo é apresentado o Projeto Arte Criança, seu histórico, suas ações, seus resultados obtidos por meio de suas intervenções, finalizando-se com o tópico Avaliando o Projeto. Na conclusão é feita uma análise crítica do projeto e são apontadas algumas possibilidades para a continuidade e aprofundamento do estudo e de pesquisas relacionadas à

⁷ SÁ-SILVA, Jackson Roniê. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul. 2009.

⁸ GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 44.

⁹ GIL, 2002, p. 45.

¹⁰ OLIVEIRA, Lucio José de. **Sustentabilidade do modelo agrícola**: um estudo de caso. 2009. 83 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

questão da infância e da adolescência no município de Iguatu, ainda carente em produções teóricas e científicas acerca desse tema.

2 ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

O primeiro capítulo apresenta no tópico inicial uma breve retrospectiva da infância no Brasil e, logo em seguida, é mostrada a situação atual da infância no país, do ponto de vista de vulnerabilidade e inclusão social. O capítulo em estudo será finalizado com a contemplação do tópico sobre a situação da infância no estado do Ceará.

2.1 História da infância no Brasil

A chegada dos Jesuítas ao Brasil marca historicamente as primeiras tentativas de se desenvolver um trabalho “educativo” voltado especificamente à infância:

A infância é percebida como momento oportuno para a catequese porque é também momento de unção, iluminação e revelação. Mais além, é o momento visceral de renúncia, da cultura autóctone das crianças indígenas, uma vez que certas práticas e valores ainda não se tinham sedimentado¹¹.

A catequese indígena não se fazia exclusivamente de forma doutrinária, persuasiva. Os maus tratos físicos eram usados com frequência, no sentido de disciplinar os indolentes:

[...] junto à pedagogia do novo saber ocidental cristão, necessário era também impor-lhe uma pedagogia de medo que inspirasse despreço pela carne e pelas necessidades físicas [...] A ‘disciplina’ tornou-se uma das cenas recorrentes do grande espetáculo que foi a catequese [...] E o castigo não era só exemplar, mas também pedagógico. Aqueles que se negavam a participar do processo doutrinal sofriam corretivos e castigos físicos. O ‘tronco’ funcionava como um *aide-mémoire* para os que quisessem faltar à escola e as ‘palmatoadas’ eram comumente distribuídas ‘porque sem castigo não se fará vida’ sentenciava o padre Luiz de Grã em 1553¹².

Os Jesuítas consideravam a adolescência uma fase perigosa haja vista que as dóceis crianças de outrora passavam a adotar comportamentos diferentes, indolentes, permeados pela ingratidão, retomando costumes, seguindo aos pais:

Na Colônia, o que a Companhia percebia muito lentamente, é que o papel branco tinha caracteres impressos bem antes do desembarque da primeira missão capitaneada por Manuel da Nóbrega. Malgrado o relevante esforço dos inicianos, a cultura indígena já havia impregnado suas crianças com uma força de crenças e valores que as procissões, autos e capelas de flores não conseguiam apagar de todo.

¹¹ DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os Jesuítas na Colônia. *In*: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 15.

¹² DEL PRIORE, 1991, p. 21- 22.

A adolescência indicava o reingresso dos jovens aos costumes parentais, e mais do que isso, unia mamelucos, mestiços e órfãos da terra numa mesma luta pela sobrevivência¹³.

Percebe-se um verdadeiro rito de passagem em que com a chegada da adolescência era chegado o momento de voltar às origens, regressar para casa, retomar os costumes e as tradições.

Desde a Antiguidade, passando por toda a Idade Média, sempre houve certa preocupação com os abandonados. O assunto passou a preocupar o Estado a partir do momento que se tornaram por demais onerosos. Portugal passou a atribuir às Câmaras a responsabilidade de transferir às Santas Casas de Misericórdia a função de criar a infância abandonada e os enjeitados.

No Brasil Colônia as capitanias de Salvador, Rio de Janeiro e Minas, no Século XVIII, já dispunham de documentos legais atribuindo às Irmandades o cuidado para com os enjeitados. Contudo, há também indícios de que o próprio Poder Público, por meio das Câmaras Municipais, também arcavam com o ônus da criação dos abandonados.

Somente em 1775 é editado um Alvará pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Mello regulamentando a questão da criação de crianças expostas, estabelecendo a relação entre enjeitados, a Santa Casa de Misericórdia e o Juiz de Órfãos. Nesse diploma legal foram omitidas as responsabilidades das Câmaras Legislativas das Capitanias. Foi aberto o precedente para que os enjeitados pudessem ser criados em casas de particulares, desde que se tratasse de casais honrados e de bons costumes¹⁴.

Percebe-se que a chamada Lei do Ventre Livre, inversamente do que se poderia pensar do seu título, foi antes de tudo uma ardilosa estratégia de manutenção dos descendentes de escravos nas mesmas condições de servidão de seus genitores. Nos meandros da famosa lei ficou assegurado aos senhores:

O texto da lei, aprovado em 28 de setembro de 1871, declarava, em seu artigo 1º, livres os filhos da mulher, determinando que ficassem em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais seriam obrigados a criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando a essa idade, o senhor teria a opção de continuar a utilizar-se dos serviços do menor até que este completasse 21 anos ou entregá-lo ao Estado, recebendo uma indenização¹⁵.

¹³ DEL PRIORE, 1991, p. 24.

¹⁴ SOUZA, Laura de Melo e. O Senado da Câmara e as crianças expostas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 32.

¹⁵ LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 63.

A Lei do Ventre Livre começou a ser pensada em 1758, com o lançamento dos escritos de Manoel Ribeiro da Rocha, intitulado *Etíope resgatado*. Tratava-se de notória adaptação do Direito Romano à realidade Colonial, inspirada na lei *Praeses Provinciae*, alterando a idade mínima para 14 ou 15 anos de idade para a consideração da liberdade, “por recompensa e gratificação do benefício da criação e educação recebidas”¹⁶.

Historicamente é pitoresco o tratamento dispensado às crianças. Na Grécia Antiga os recém-nascidos frágeis ou com deficiência eram jogados num abismo, o que também faziam os Espartanos. Na Roma Antiga a Lei das Doze Tábuas garantia ao patriarca das famílias o direito de matar os filhos que nascessem com deficiências ou anomalias. Para os Hebreus esta ocorrência indicava impureza ou pecado¹⁷.

Do filho de escravas do ventre livre de 1871, passando pelas categorias de menor abandonado ou delinquente habitual do Código de Menores de 1927, e de menor em situação irregular, do Código de Menores de 1979, até a de ser humano em desenvolvimento do Estatuto da criança e do adolescente de 1990, as crianças e os adolescentes em situação de rua ainda não foram contemplados com políticas, de forma a incluí-los enquanto sujeitos de direitos, garantidos na legislação vigente.¹⁸

No plano teórico, internacionalmente, o protagonismo social de crianças e adolescentes começa a figurar nos idos de 1923, quando a *Union for Children Welfare* faz promulgar as primeiras leis de proteção à infância, incorporando-as à primeira Declaração dos Direitos da Criança, promulgada em 1924, pela Liga das Nações, na cidade de Genebra. Passados 25 anos, em 1948, na cidade de Paris, ocorre a sua ratificação na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁹.

Anteriormente a esse evento, em 1945, foi criado o *United Nations Children's Fund* (UNICEF). Passados 11 anos da Declaração dos Direitos do Homem, em 1959, a Assembleia Geral da ONU, por unanimidade, proclama a Declaração dos Direitos da Criança. Atingida a maioria dessa Declaração, em 1978, foi instituído o Ano Internacional da Criança. Dez anos depois, em 1988, diversas associações europeias publicaram a Carta da Criança Hospitalizada.

¹⁶ LIMA; VENÂNCIO, 1991, p. 62.

¹⁷ GARCIA, Antonio Frederico; XAVIER, Sílvia Cristina Aparecida; OLIVEIRA, Vera Lucia Leite de. **Deficiência com eficiência: dos direitos da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: OAB/SP, 2006.

¹⁸ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Criança não é de rua**. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2017. p. 14.

¹⁹ GOMES, Ilvana Lima Verde. A criança e seus direitos na família e na sociedade: uma cartografia das leis e resoluções. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 1, n. 61, p. 61- 65, 2008.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 227²⁰, transformou-se no Marco Histórico que inspirou a sociedade brasileira a lutar e a fazer valer os direitos à inclusão social das crianças e dos adolescentes, munindo-se de um suporte legislativo avançado. São inúmeros os diplomas legais que amparam as diversas reivindicações relativas à inclusão e à Assistência Social²¹: a) Lei Federal nº 7.853, 1989, assegura (dentre outros) o amparo infantil; b) Resolução nº 180, de 20/10/2016, trata da igualdade de direitos entre meninos e meninas; c) Resolução nº 181, datada de 10/11/2016, estabelece normas para a adequação dos Serviços de Atendimento de Crianças e Adolescentes pertencentes a Povos Tradicionais; d) Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, datada de 07/06/2017, estabelece diretrizes políticas e metodológicas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua; e) Decreto nº 7.053, de 23/12/2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento; f) Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18/06/2009, institui Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes; g) Resolução CONANDA nº 173, de 08/04/2015, institui o Grupo de Trabalho para formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços de atendimento, promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua; h) Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 15/12/2016, estabelece o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua; i) Resolução CONANDA nº 183, de 09/03/2017, aprova as Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; j) Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); k) Lei nº 12.435/2011, que cria o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); l) Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; m) Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; n) Documento de Subsídios para a elaboração de uma Política Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, assinado por 285 ONGs; o) Rede Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua; p) Projeto de disseminação da Política Pública de enfrentamento à situação de rua de crianças e adolescentes; q) Portaria SUS/MS nº122/2011, estabelece o Serviço de Consultórios na Rua e Centros de Apoio Psicossocial; r) Nota Técnica Conjunta SAS/MS/SGEP nº 1, de 16/09/2015,

²⁰ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (GOMES, 2008, p. 63).

²¹ BRASIL, 2017, p. 20.

estabelece diretrizes e fluxograma para a atenção integral à saúde das mulheres e das adolescentes em situação de rua e/ou nascidos; s) Resolução SUS nº 2, de 27/02/2013, estabelece o Plano Operativo de ações em saúde para a população em situação de rua e Manual sobre o cuidado à saúde à população em situação de rua; t) Portaria GM/MS nº 1.130, de 05/08/2015, estabelece a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC); u) Lei nº 8080, de 19/09/1990, dispõe sobre o SUS; v) Lei nº 13.257/2016, que estabelece o Marco Legal da Primeira Infância; w) Rede Nacional de Proteção ao Adolescente em Conflito com a Lei; x) Decreto Legislativo nº 28, de 14/09/1990, aprova a Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU; y) Regras Mínimas da ONU para administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing).

Por iniciativa da ONU em 1946 foi baixada a Resolução que estabeleceu o primeiro passo para a criação de um Programa Internacional de Consultoria em diversas áreas do bem-estar social. Por intermédio desse programa começaram a serem estabelecidas as ações dos países membros no sentido de assegurar a inclusão social de crianças e adolescentes.

Desde 1980, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua vem atuando em prol de ações governamentais afirmativas no sentido de promover e garantir a inclusão social de meninos e meninas em situação de rua. No âmbito do Ministério dos Direitos Humanos foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Encontra-se em andamento a implantação a nível nacional do Centro de Referência Especializado para População de Rua, específico para Crianças e Adolescentes. Considerando que embora já existam centros de referência análogos para população adulta, é preciso atender às especificidades das crianças e adolescentes.²²

2.2 Situação atual da infância no Brasil: vulnerabilidade e inclusão social

O tema das condições de trabalho de crianças e adolescentes nas indústrias de São Paulo chega ao Poder Legislativo daquele estado, em 1911. O parlamentar Deodato Maia apresenta o seguinte relatório:

Somadas à ausência quase absoluta de aparelhos de proteção, a um posto de trabalho não raro inadequado – com instalações no geral improvisadas, acumulando máquinas e operários em espaço insuficiente –, a pouca idade do menor e sua inexperiência profissional tendem a transformá-lo numa vítima em potencial do acidente de trabalho. Os edifícios de nossas fábricas, com pouquíssimas exceções,

²² MASELLA, Marcio Alexandre. **A inclusão do adolescente autor de ato infracional e a rede de proteção: um olhar interdisciplinar**. Brasília, DF: RENADE, 2015.

são velhos pardieiros ajeitados para esta ou aquela indústria; mas, nas instalações ou adaptações '*à la diable*'. Para tudo se olha menos para a saúde do operário. As crianças ali vivem na mais detestável promiscuidade; são ocupados nas indústrias insalubres e nas classificadas perigosas, falta-lhes ar e luz; o menino operário, raquítico e doentezinho, deixa estampar na fisionomia aquela palidez cadavérica e aquele olhar sem brilho – que denunciam o grande cansaço e a perda gradativa da saúde²³.

A questão da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes no Brasil é encarada a partir da inserção desses segmentos etários, em processo de formação no mundo do trabalho, sem qualquer preparo para este fim. Em março de 1917, o Centro Libertário de São Paulo, organizou o Comitê Popular de Agitação protestando contra a exploração de menores nas fábricas, expressando claramente a preocupação com menores mortos, feridos e mutilados em acidentes nas fábricas têxteis.

A partir da fase de industrialização incipiente, a presença de crianças e de adolescentes no trabalho das fábricas e oficinas em São Paulo, predominantemente no Setor Têxtil, resulta em reações de caráter crítico à utilização e exploração dessa mão de obra no trabalho industrial, veiculadas sobretudo através da imprensa. Essas reações são, com frequência, emitidas por médicos e sanitaristas e se acham fundamentadas principalmente na precariedade das condições de trabalho – jornada excessiva, trabalho noturno, falta de segurança no trabalho, insalubridade, baixa remuneração²⁴.

Contudo, àquela época, o trabalho infantil era visto por seus contratantes como um ato de filantropia, considerando-o como um instrumento de profissionalização e efetivo no controle à vadiagem, à mendicância e à marginalidade social, considerando a sua contribuição ao equilíbrio do orçamento doméstico das famílias menos favorecidas.

Após o advento da Constituição Federal de 1988, cujos dispositivos em favor da criança e do adolescente se fundamentaram na Declaração dos Direitos Humanos e na Declaração dos Direitos da Criança, o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, contou com intensa participação popular, notadamente, a Pastoral do Menor, UNICEF, OAB, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Movimentos Universitários, dentre outros²⁵.

Sob a égide do ECA foi montada uma verdadeira infraestrutura social²⁶ em favor da criança e do adolescente: a) Implantação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do

²³ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 121.

²⁴ MOURA, 1991, p. 112-113.

²⁵ A EDUCAÇÃO como meio de inclusão social do adolescente em conflito com a lei. **Portal da Educação**, São Paulo, 2011. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 09 jan. 2018.

²⁶ SANTOS, Benedito Rodrigues dos. 18 anos de ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direitos brasileiro. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 152-154, abr./set. 2007.

Adolescente; b) Implantação dos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente; c) Implantação do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil; d) Enfrentamento da violência sexual; e) Implantação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE); f) Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

São 4,5 mil Conselhos Tutelares e 5 mil Conselhos do Direito que arregimentam 70 mil conselheiros, sem contar com toda a estrutura do Poder Judiciário voltada exclusivamente a crianças e adolescentes, apoiados por fundos de financiamento, com controle social, equipe de referência para planejar e executar ações consoantes com a realidade local, para consolidar o enfrentamento das demandas e a inclusão social²⁷.

Observa-se a existência de todo um aparato de Estado acionado diretamente ao atendimento das causas relacionadas a crianças e adolescentes. Torna-se necessário um estudo mais acurado a fim de que sejam percebidas as reais vicissitudes desse sistema, a fim de que se torne eficiente e eficaz no que tange à assistência a esse público específico.

Organismos internacionais como o UNICEF e a OIT estimam em 168 milhões o número de crianças e adolescentes na faixa etária dos 5 aos 14 anos que trabalham no mundo. Desses, cerca de 15,5 milhões trabalham em casa de terceiros, sendo que no Brasil são mais de 258 mil crianças (94% meninas; 73% negras). Calcula-se que 85 milhões trabalham nas piores formas (escravidão, prostituição e ilícitos)²⁸.

No Brasil, cerca de 35% da sua população se encontra na faixa etária inferior aos 14 anos. Isso representa 1/3 de toda a população de crianças e adolescentes da América Latina e Caribe. Sabe-se que 29% das famílias brasileiras são pobres e que desse contingente, 50% possuem crianças. Estima-se que 13 milhões de crianças vivam no Semiárido. Desse total, cerca de 70% são pobres²⁹.

Um cenário nebuloso se descortina quando o assunto é a sobrevivência de crianças e de adolescentes brasileiros. Na faixa etária até os 14 anos, 60% vivem em domicílios com serviços de saneamento inadequados; 1 em cada 4, entre zero e 6 anos, estão fora da escola; dentre os pobres, 64% não vão à escola na primeira infância. No Nordeste, somente 40% concluem a Educação Fundamental. Dos 21 milhões de adolescentes entre 12 e 17 anos,

²⁷ KURZ, Marcia Liliane Barboza. Crianças e adolescentes: do direito à realidade da inclusão social no município de Selbach/RS. *Revista Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. XV, n. 106, nov. 2012. Disponível em: <www.ambitojuridico.com.br>. Acesso em: 09 jan. 2018.

²⁸ VIVARTA, Veet (Coord.). *Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração*. São Paulo: Cortez, 2003.

²⁹ SÁ, Emidio Sanderson Dias. Breve panorama da Cultura no Brasil e Ceará. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS PARA DIVERSIDADE CULTURAL, 3., 2014, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2014. p. 5.

apenas 40% concluem o Ensino Médio³⁰.

Em termos de América Latina e Caribe, Haiti se encontra em primeiro lugar na ocorrência do trabalho infantil com 24,4% da população; Paraguai em segundo com 19,9% e, em terceiro lugar, o Brasil com 18%. Em 1992 a Organização Internacional do Trabalho lançou o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil. Em 2013 foi realizada a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em Brasília.

Nessa terceira conferência ficou constatado que nos últimos 20 anos houve uma redução da ordem de 58% na ocorrência do trabalho infantil no planeta. Algo em torno dos 4,9 milhões de crianças entre 5 e 17 anos deixaram de trabalhar. Ficou pactuada a Iniciativa Regional América Latina Caribe Livres de Trabalho Infantil, para consolidar e dar sustentabilidade aos avanços para acelerar o ritmo da erradicação do problema.

Na União Europeia, o índice de ocorrência do Trabalho Infantil é da ordem dos 14%. Mais de 2 milhões de crianças vivem na pobreza. Na Itália, a causa de 18% da evasão escolar, a um custo de 70 bilhões de Euros por ano, se deve ao trabalho infantil. No Brasil, 1 milhão não estudam; 4,4 milhões têm dupla jornada trabalho/escola; 48,6% não são remunerados; 10% faltam à escola por causa do trabalho³¹.

Por setor da economia, a ocupação infantil é rateada da seguinte forma: 98 milhões na agricultura; 54 milhões no setor de serviços; 12 milhões na indústria; 85 milhões nas piores formas de trabalho (escravidão, prostituição, ilícitos – tráfico). Não existem dados sobre a economia informal. No Brasil, 60% das crianças de 6 a 13 anos executam atividades agrícolas; 88,7%, atividades não agrícolas remuneradas.

No Brasil, informações de 2012 do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) percebeu-se que havia apenas 41 mil registros de crianças e adolescentes entre 14 e 15 anos em situação de trabalho na condição de aprendiz. O número real de trabalhadores infantis era de 886 mil, caracterizando que 95,4% se encontravam em situação de trabalho a ser abolido³².

A situação do trabalho infantil no Brasil tem um viés de cor e um viés regional. Entre os trabalhadores com idade de 10 a 17 anos, 56% são negros. Dos que trabalham sem carteira assinada, 58% são negros. No recorte regional do país, das crianças trabalhadoras, 70% se encontram no Norte e no Nordeste. Dentre os principais motivos para trabalhar, as crianças têm apontado a necessidade de complementação da renda familiar.

³⁰ SÁ, 2014, p. 7.

³¹ CENTRAL NACIONAL DE TELEVISÃO (Brasil). Trabalho infantil ainda é uma triste realidade. **Jornal da CNT**, Brasília, DF, ano 6, ed. 65, jun. 2016.

³² FIOCRUZ. Lugar de criança e adolescente é na escola. **Revista RADIS**, Rio de Janeiro, n. 136, jan. 2014.

O Trabalho Infantil em diversos países foi regularizado com a determinação de uma idade mínima para sua aceitação. No Brasil é de 16 anos (exceção ao Aprendiz Legal, aos 14 anos); Inglaterra, 13 anos; EUA, 16 anos; Suíça, Alemanha, Itália, Paraguai e Uruguai, 15 anos. A Convenção nº 138 da OIT, de 1973, determina que não seja inferior aos 15 anos, à exceção dos Países em desenvolvimento.

Esforços nacionais e internacionais para a erradicação do trabalho infantil: a) Convenção nº 138 OIT, 1973: abolir o trabalho infantil; estabelece a idade mínima não inferior a 15 anos para a admissão ao trabalho ou emprego; ou, não ser inferior à idade de conclusão do ensino obrigatório; exceção aos países em desenvolvimento que podem adotar a idade de 14 anos; b) Convenção sobre os Direitos da Criança – ONU – 1989: consagrou a doutrina de proteção integral e de prioridade aos direitos da infância; c) Convenção nº 182 OIT, 1999: medidas de proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil (perigosas, penosas, degradantes, insalubres); d) Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil OIT – 1992: crianças entre 10 e 14 anos de idade; e) Convenção nº 189 OIT, 2011: normatiza o trabalho decente para trabalhadores domésticos; f) Lei Federal nº 9.970, de 2000: Estabelece o dia 18 de maio como o Dia Nacional contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; g) Lei nº 11.542, 2001 - 12 de Junho: Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil; h) Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – 1966: reconhece a necessidade do estabelecimento de uma idade mínima para a qual o Trabalho Infantil deveria ser proibido e punido por lei; i) Convenção dos Direitos da Criança – 1989: Artigo 32 - “O direito universal à proteção contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo a sua saúde ou para o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social”; j) CONAETI – Comissão Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; k) FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; l) Portaria Interministerial MEC/MDSCF nº 17, 2007: estabelece o Programa Mais Educação, intensificando a Política de Educação Integral para ampliar o tempo de permanência na escola; m) Emenda Constitucional nº 59, 2009: alterou o artigo 208 da Constituição Federal estendendo a obrigatoriedade da Educação Básica até aos 17 anos de idade.

No Brasil, um marco referencial para a inclusão social de crianças e adolescentes no Mundo do Trabalho de forma humana e respeitosa foi a promulgação da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a “Lei do Menor Aprendiz”, regulamentada pelo

Decreto nº 5.598, de 2005, estabelecendo as regras de contratação de menores aprendizes³³.

O cata-vento de cinco pontas, colorido, é o símbolo internacional da luta de combate ao Trabalho Infantil.

Figura 1 – Cata-vento de cinco pontas



Fonte: Google (2018).

2.3 Situação da infância no estado do Ceará

Sob a óptica de autores cearenses que se debruçam sobre a discussão e o entendimento da questão social no estado do Ceará, é colocada outra visão acerca do morador de rua:

Ser morador de rua não significa apenas estar vivendo uma condição de extrema precarização, expropriação, passando por todo tipo de necessidade. Significa também adquirir outros referenciais de vida social, diferentes dos anteriores baseados em outros valores. Aqueles que vivem na rua, que nela já se estabeleceram, possuem um modo de vida próprio, desenvolvem formas específicas de garantir a sobrevivência, de conviver e ver o mundo. Têm sobre a cidade um outro olhar,

³³ COELHO, Marly dos Reis Pereira; ALVES, Maria de Oliveira. O menor aprendiz: contrato de aprendizagem e o desenvolvimento social nas relações de trabalho. Rio de Janeiro: **Ampliando Revista Científica da FACERB**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015.

atribuindo novas funções aos espaços públicos, às instituições³⁴.

Convém destacar a importância dada pelo Poder Público em meados do Século XIX à questão sanitária e do ordenamento arquitetônico da capital cearense:

A partir de meados do século XIX, uma série de melhoramentos urbanos e sociais foram sendo efetivados na cidade de Fortaleza, que, adquirindo uma nova ordenação espacial, com ruas calçadas, ferrovias e novas estradas ligando a capital às cidades do interior da província saía do provincianismo de então, e ganhava as feições da modernidade. Na passagem do século XIX para o século XX, Fortaleza já apresentava ares de cidade progressista e civilizada e na esteira do que vinha acontecendo em outras grandes cidades brasileiras, disseminou-se também pela capital, um conjunto diversificado de intervenções e reformas sanitárias, integrado ao processo de reestruturação e embelezamento da cidade que adentrava na modernidade seguindo os modismos parisienses, em tempos de Belle Époque³⁵.

O fenômeno climático característico da região semiárida do Brasil impôs à capital do Ceará a convivência com uma multidão de flagelados que acorriam àquele centro urbano mais desenvolvido do estado em busca de melhores condições de sobrevivência. Contudo, a realidade se mostrava bem diferente:

A presença de milhares de retirantes na cidade, nas secas mais graves, ostentava o retrato vivo da miséria em sua forma mais desumana e degradante, causando incômodo e desconforto às autoridades e à sociedade em geral. Tal incômodo, causado pelos retirantes e mendigos, só era suplantado pelo medo deles em multidão. Essa população de miseráveis famintos era identificada como agente da desordem, dos desvios morais, portadora de doenças e propensa ao crime e aos vícios. Portanto, era uma ameaça às elites, precisando ficar longe desta e do contato com os habitantes da cidade. Com base nesse cenário e impulsionados pelo medo de revoltas e motins, devido à fome e à falta de condições do governo de dar conta da situação nos períodos mais inclementes de seca (1877 - 1879; 1889 - 1900; 1915; 1930 - 1932, 1942), a invasão da capital pelos retirantes deveria ser contida. Para tal, as autoridades da província planejaram estratégias de abastecimento, enclausuramento e isolamento com o intuito de proteger a cidade contra a invasão dos pobres³⁶.

As políticas públicas especificamente voltadas a crianças e adolescentes do estado começam a serem traçadas (pelo menos no plano teórico) a partir de 1983, com a consolidação do Plano Estadual de Desenvolvimento – PLANED – elaborado para o período de 1983 a 1987, que ao destacar uma série de impropérios relativos à criança e à e ao adolescente do estado, estabeleceu as seguintes metas:

a) apoio a atividades geradoras de renda para os menores com idade e condições de trabalhar, de forma que eles possam sentir-se úteis e responsabilizar-se pelo auto-sustento; b) apoio ao desenvolvimento de atividades integradas destinadas ao menor,

³⁴ COSTA, Ana Lucia Peixoto. **Política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) — Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

³⁵ COSTA, 2013, p. 62.

³⁶ COSTA, 2013, p. 63.

de forma a garantir o seu acesso aos programas de educação pré-escolar, básica e profissionalizante, de criação de postos de trabalho, de assistência médico-odontológica, de lazer e outras que assegurem uma ação preventiva; c) apoio à nutrição do menor carente, de forma a proporcionar-lhe as condições mínimas requeridas para o nível desejável de saúde e bem-estar; d) instalação de unidades de ação intermediária da FEBEMCE, de forma a promover o desligamento de menores do sistema de atendimento direto e sua total integração à comunidade; e) apoio à integração social dos ex-presidiários, de forma a possibilitar a sua integração na sociedade e no mercado de trabalho³⁷.

O Plano Consolidando o Novo Ceará (1999 – 2002) se consolidou como uma continuidade do Plano de Desenvolvimento Sustentável (1995 – 1998) haja vista a reeleição do então governador. Tratou-se do reconhecimento da persistência da grave situação de risco social em que se encontravam as crianças e os e as adolescentes do estado, em virtude, principalmente, dos baixos indicadores econômicos apresentados por suas famílias. O Novo Ceará instituiu os seguintes Programas Sociais: a) Programa de Apoio às reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (PROARES); b) Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola; c) Criança Feliz; d) Programa Vivendo e Aprendendo³⁸.

O Plano Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social envolvendo o período 2003 a 2006 foi arquitetado em quatro eixos de articulação. No eixo denominado Ceará Vida Melhor se estabeleceu o compromisso com os programas: a) Assistência e proteção integral a adolescentes em conflito com a lei, na faixa etária de 12 a 18 anos de idade; b) Programa de apoio às reformas sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes (PROARES)³⁹.

No período de 2007 a 2010 foi a vigência do Plano de Governo da Coligação Ceará Vota para Crescer. Para a juventude, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

a) considerar a juventude como público prioritário das políticas públicas, numa perspectiva transversal, integrada ao processo produtivo e à rede de serviços públicos, em especial a de educação básica e profissional, científica e tecnológica, a de cultura, esporte e lazer e aos programas de primeiro emprego; b) instituir a Política Estadual da Juventude, com o propósito de promover a transversalidade desse segmento com as demais políticas públicas⁴⁰.

O Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 estabeleceu as seguintes metas para as crianças e os adolescentes do estado do Ceará:

a) qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores; b) inserir 28.150 jovens no

³⁷ CISNE, José Joaquim Neto; CISNE, Letícia Maria Carneiro. Políticas Públicas para a infância e adolescência no Brasil: uma breve abordagem histórica e o desafio da descontinuidade. **THEMIS Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**, Fortaleza, n. 1, v. 1, p. 125, 2016.

³⁸ CISNE; CISNE, 2016, p. 128.

³⁹ CISNE; CISNE, 2016, p. 129.

⁴⁰ CISNE; CISNE, 2016, p. 130.

mercado de trabalho; c) atender a 4.324 adolescentes em conflito com a lei, nas unidades de semiliberdade, internação provisória e privação de liberdade; d) acolher e proteger socialmente 1.640 crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual; e) apoiar 32.000 crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades socioculturais, esportivas, de lazer e de elevação da escolaridade; f) ofertar 40 vagas para adolescentes em conflito com a lei, em unidade de internação provisória, e 40 vagas em unidades de semiliberdade; g) retirar 18.675 crianças e adolescentes do trabalho infantil; h) atender a 100 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas; e i) financiar 21 entidades sociais que trabalham com crianças e adolescentes⁴¹.

No Decênio compreendido entre os anos de 1998 a 2008, no estado do Ceará, ocorreu uma redução aproximada da ordem de 9,5% no total da população etária de 0 a 14 anos. Passou-se dos 2,5 milhões para os 2,2 milhões, representando algo em torno dos 27% da população cearense. Etnicamente os pardos representam 64,3% e os brancos 33,89%; quase 52% são masculinos; desse contingente, 25,6% são da zona urbana, com um índice de analfabetismo da ordem dos 16%⁴².

O estado do Ceará se encontra no 8º lugar no *ranking* das unidades federadas mais populosas do Brasil, sendo que ¼ da sua população possui menos de 14 anos de idade, 67% são pobres, com uma Taxa de Mortalidade Infantil da ordem dos 18%, 17% das crianças de 6 a 14 anos são analfabetas (sendo que 93% se encontram na escola)⁴³ e está em 3º lugar entre os estados com mais mortes na faixa etária dos 12 aos 18 anos, com casos mais frequentes na média dos 16,5 anos; aproximadamente 98% são do sexo masculino, com 69% de pretos e pardos⁴⁴. São cerca de 695,5 mil cearenses extremamente pobres; 15% vivem na zona rural. Na idade de 0 a 14 anos são quase 266 mil; 73% estão cadastrados no CADÚNICO e 52% são beneficiários do Programa Bolsa Família⁴⁵.

Apesar de todos os planos e planejamentos persiste uma dura realidade para crianças e adolescentes do estado do Ceará. Existem catalogadas para a assistência à infância e à adolescência em funcionamento no Ceará, dentre outras Organizações Sociais, a Associação Peter Pan, entidade filantrópica sem fins lucrativos que atua no apoio a crianças e adolescentes com câncer, bem como a seus familiares; o Hospital Infantil Albert Sabin – HIAS, cujo objetivo é prestar assistência terciária em saúde às pessoas de zero a dezenove anos de idade; o NUTEP/UFC - Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce, que promove o

⁴¹ CISNE; CISNE, 2016, p. 131.

⁴² COSTA, Leandro Oliveira (Org.). **Perfil populacional do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2010, p. 10.

⁴³ SÁ, 2014, p. 8.

⁴⁴ COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa:** evidências e recomendações para a prevenção de homicídios na adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2016. p. 7.

⁴⁵ CEARÁ. **Plano Decenal do Estado do Ceará:** 2016 – 2026. Fortaleza: STDS, 2016. p. 18.

tratamento de distúrbios do desenvolvimento neuropsicomotor e sensorial ou de patologias já definidas, às crianças de zero a doze anos e, por fim, o Instituto da Primeira Infância (IPREDE) – UFC, que promove o acompanhamento especial para nutrição de crianças na fase da primeira infância⁴⁶.

Percebe-se a existência de todo um aparato estatal no sentido de resguardar a assistência às crianças e aos e às adolescentes no estado do Ceará. Verifica-se toda uma fundamentação relacionada aos referidos direitos. Contudo, é urgente o seu enfrentamento no sentido de que não sejam violados, pois a liberdade e a igualdade dos seres humanos não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser⁴⁷.

Já existem leis para assegurar os direitos da criança e do adolescente. Contudo, mesmo com tantas leis, apesar de tanto avanço nas conquistas dos direitos humanos, no que se refere à criança e ao e à adolescente, ainda existe profundo abismo entre o que está escrito e o que acontece na realidade. Como mostra o cotidiano, a violação desses direitos é um fato diário no Brasil e no estado do Ceará, quando testemunhamos as inúmeras vítimas das piores violências e injustiças.

O acesso às políticas sociais básicas de educação, saúde, segurança, lazer e esportes é fundamental na prevenção de situações de risco entre a população jovem. As privações econômicas e sociais, a discriminação, o preconceito e as variadas formas de violência encontram-se entre as principais causas da delinquência. É grave o crescimento do número de menores infratores no país, segundo os dados da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República⁴⁸ o índice de menores infratores que cumprem pena no país aumentou em 28%.

Cerca de 622 mil brasileiros estão privados da liberdade em função da prática de delitos⁴⁹. O Estado do Ceará conta hoje com mais de mil menores em cumprimento de medidas socioeducativas, ficando atrás apenas do Estado do Paraná e de São Paulo⁵⁰. Nesse contexto, os esforços do Poder Público e da sociedade devem estar dirigidos para a garantia

⁴⁶ INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Mapeamento de entidades da rede governamental e não governamental de proteção social no Estado do Ceará**. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão, 2016. p. 5.

⁴⁷ GOMES, 2008, p. 64.

⁴⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Medidas socioeducativas para jovens em situação de risco: prevenção, aplicação e eficácia**. Fortaleza: Editora do INESP, 2007. p. 25.

⁴⁹ CASTRO, Bruno Ronchetti de. **Supervisão do departamento de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas – DMF- relatório de gestão**. Brasília, DF: CNJ, 2017.

⁵⁰ BRASIL. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, 2015, p. 78.

das políticas sociais básicas de educação, saúde, segurança, lazer, esportes etc. A repressão, a segregação, a violência, portanto, estão longe de constituírem instrumentos eficazes de combate à marginalidade juvenil.

3 ASPECTOS TEÓRICOS E TEOLÓGICOS DA INCLUSÃO E DA EXCLUSÃO SOCIAIS

No capítulo anterior foi apresentada uma visão ampla da vasta legislação que trata da situação de crianças e adolescentes, prioritariamente na sociedade brasileira. Foram trazidos desde Tratados Internacionais, passando por Leis Federais até chegar ao nível do estado do Ceará, todo o arcabouço legal com características de cunho inclusivo, que visam à garantia de direitos e a proteção desses segmentos sociais.

O capítulo em estudo traz inicialmente uma abordagem sobre o panorama complexo de visões conceituais, momentos históricos e dados estatísticos sobre os aspectos teóricos da inclusão social versus exclusão social, como também apresenta as perspectivas teológicas da inclusão social, tomando como base diferentes segmentos sociais que englobam a sociedade brasileira.

3.1 Inclusão social versus exclusão social: aspectos teóricos

O tema da inclusão social tomou a magnitude de um grande espectro que tem açambarcado múltiplos aspectos que não só aquele originalmente proposto, relacionado à questão econômica, à pobreza, à miséria, à falta de oportunidade, à carência e à inacessibilidade aos bens materiais mínimos necessários à sobrevivência.

A questão ultrapassou o âmbito individual e passou a encampar também instituições públicas dedicadas à Assistência Social.⁵¹ A inclusão social passou a discutir a questão da maior ou menor dependência de outrem aos rendimentos e/ou seus valores, à qualificação social ou não, à solidez e/ou degradação moral, à territorialização e posse ou não da terra.

A inclusão social pode ser vista como

“[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas [...] e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos”.⁵²

⁵¹ FALEIROS, Vicente de Paula. *Inclusão social e cidadania*. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL WELFARE, 32., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2006.

⁵² SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 40.

Cada vez mais diversificado e abrangente, o tema da inclusão passa a ser discutido sob a óptica da degradação social em função da discriminação ou não aceitação por outrem em função da nacionalidade, de aspectos relativos à etnia, raça, gênero, opções e modos de vida, gerando violência e sofrimento subjetivo.⁵³ Preconceito tem sido conceituado como uma forma invisível⁵⁴ de violência principalmente contra jovens e negros que são vitimados por armas de fogo. Estatisticamente morrem mais de 133% de negros do que brancos no Brasil alvejados por projéteis.⁵⁵

De 1980 até 2014 morreram no Brasil 967.851 vítimas de disparo de arma de fogo. Morrem duas vezes mais negros que brancos. No ano de 2014, armas de fogo mataram quatro vezes mais que a AIDS. As políticas de controle das armas de fogo, sancionadas em 2004, permitiram evitar um total de 133.987 homicídios.⁵⁶

Além do viés de cor, a questão da inclusão social pode ser reportada sob o aspecto de entendimento social do “ser criança pobre” retratada como uma tábula rasa, inocente, dependente, objeto, carente, vulnerável, ociosa, predisposta à criminalidade, sem disciplina ou respeito às regras, com ausência de esforço pessoal e do trabalho coletivo.⁵⁷

No escopo da diversificação, a inclusão social foi inserida no processo de formação profissional e levada em consideração sob o aspecto da experiência pessoal do/a psicólogo/a a fim de que ele/ela coloque no seu planejamento de trabalho a perspectiva da inclusão social de pessoas com deficiência e necessidades especiais, para estímulo, fortalecimento e apoio das ações de inclusão.⁵⁸

A inclusão social implica na conquista do espaço social mediante as interações que se estabelecem no interior dos grupos sociais por meio de uma participação real das pessoas como membros ativos e produtivos da sociedade, o que significa uma participação real na escola, no lazer, no trabalho. Essa é uma condição almejada não somente pelas pessoas

⁵³ FALEIROS, 2006, p. 2.

⁵⁴ REIS, Carlos Nelson dos. **Economia solidária: um instrumento para inclusão social?** [2007?] Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornada/2/e-10-02.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁵⁵ PINTO, Rubia-Mar Nunes; OLIVEIRA, Cristina Borges de. Esportes, infância e juventude despossuída: uma análise das ONGs como acontecimento discursivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 39-48, 2017.

⁵⁶ WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Brasília, DF: FLACSO Brasil, 2016. Disponível em: <www.flacso.org.br>. Acesso em: 08 dez. 2017.

⁵⁷ PINTO; OLIVEIRA, 2017, p. 46.

⁵⁸ MAZZOLA, Marcos José da Silveira. Relações interpessoais na inclusão com pessoas com deficiências: estudo sobre apoio psicológico a pessoas com deficiência visual. **Cadernos de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 53-82, 2007.

portadoras de deficiências, mas por todas aquelas que são excluídas no processo produtivo da sociedade e, conseqüentemente, do direito à educação, à saúde, à moradia e ao lazer.⁵⁹

Ao verificar que 70% do espaço público dos grandes centros urbanos é destinado às vias para automóveis, promovendo a expansão das cidades e a expulsão dos menos favorecidos para áreas longínquas, inviabilizando-lhes o acesso às facilidades citadinas (serviços públicos, trabalho, cultura e lazer), o tema mobilidade urbana passou a figurar entre as preocupações da inclusão social.⁶⁰

A questão da inclusão também pode ser vista em relação às pessoas com deficiências, no tocante ao que se refere às condições de acessibilidade aos espaços físicos, sejam públicos ou privados, os quais necessitam de adequações e ajustes necessários, que possibilitem aos indivíduos com deficiências, acesso para usufruir verdadeiramente dos benefícios disponíveis no ambiente social. Para tanto, Sasaki relata que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços, internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com necessidades especiais.⁶¹

Hodiernamente tem-se dado especial atenção à inclusão social dos egressos do sistema prisional do Brasil. As vulnerabilidades físicas, psicológicas e sociais a que são submetidos os apenados são agravadas pela precarização econômica, reduzidas possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal, o que leva às implicações de reincidência delitiva.⁶²

O problema da superlotação carcerária no Brasil tem gerado um círculo vicioso de reincidência, reentrada, vitimização, violência, criminalidade, estigmatização e segregação social. Afora a população permanente, o excessivo número de presos provisórios, da ordem de 40% do total de internos, supera a média mundial dessa categoria que é de 25%. A população

⁵⁹ BONETI, Rita Vieira Figueiredo. O papel da escola na inclusão social do deficiente mental. *In*: MANTOAM, Maria Teresa Eglér (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997. p. 168.

⁶⁰ ROSA, Elisa Silva; SCHROEDER, Timóteo. Bicicleta como objeto promotor da inclusão social. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 28., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2014.

⁶¹ SASSAKI, 1997, p. 40-41.

⁶² MINAS GERAIS. Comissão de Formação Teórica e Prática do Programa de Inclusão dos Egressos do Sistema Prisional. **O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013.

masculina (533.775) registra o índice de 160,34%, inviabilizando os esforços de ressocialização.⁶³

Estudo realizado na cidade de São Paulo verificou que jovens adolescentes não têm muito claro entre si a questão da inclusão social. Contudo ressaltam a importância do seu envolvimento em projetos dessa natureza, pois os afasta das ruas, do ócio e dos problemas familiares. Dentre os projetos mais citados ficaram aqueles relacionados à prática de esportes.⁶⁴

A inexistência de maciços investimentos na área educacional por décadas consecutivas redundou no surgimento de uma geração de analfabetos literais, funcionais e tecnológicos. O avanço inexorável do desenvolvimento da tecnologia e sua aplicabilidade nos mais diversos setores econômicos e sociais passou a exigir da sociedade a alfabetização das pessoas para incluí-las na Era Digital.⁶⁵

Em 1994 foi publicada a Declaração de Salamanca, na Conferência Mundial sobre Educação de Necessidades Especiais. Esse documento passou a nortear as práticas inclusivas fundamentais à evolução dos princípios e das práticas relacionadas à educação de crianças com necessidades educativas especiais. O Brasil é signatário desse documento.⁶⁶

Sob os auspícios desse documento declaratório, a inclusão passou a ser caracterizada como um movimento educacional, social e político para defender o direito de todos os indivíduos a participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.⁶⁷ Inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, a diversidade e diferenças com respeito e gratidão. Quanto maior a diversidade, mais rica a capacidade de criar novas formas de ver o mundo.⁶⁸

Já Alvino-Borba e Mata-Lima apresentam alguns fatores inerentes à inclusão social, tais como: programas institucionais, justiça e solidariedade sociais; segurança, proteção e segurança social; direitos democráticos e oportunidades comuns de participação política;

⁶³ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Brasil). **A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro – 2016**. Brasília, DF, 2016.

⁶⁴ STOROLI, Fernanda Quevedo. **Inclusão social e esporte: os significados-sentidos da capoeira para adolescentes em situação de pobreza**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁶⁵ ALONSO, Luiza Beth Nunes *et al.* Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. p. 154-177, 2010.

⁶⁶ FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revistas de Educação**, [S. l.], v. XVI, n. 1, p. 5-20, 2008.

⁶⁷ FREIRE, 2008, p. 5.

⁶⁸ FOREST, Marsha; PEARPOINT, Jack. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997. p. 138.

melhoria do capital humano por meio da educação, treinamento e empregos de melhor qualidade; inserção e reinserção no mercado de trabalho; valorização das pessoas e grupos independentemente de religião, etnia, gênero ou idade.⁶⁹

No que concerne à fala oficial brasileira sobre a inclusão social através da Educação Especial, nacional e internacionalmente, é divulgada a imagem de uma sociedade harmônica e coesa, que apresenta estratégias para administrar, justificar e legitimar as desigualdades sociais e educacionais, numa lógica de mercado, reforçada por suas diretrizes (de gestão, pedagógicas, formação e atuação docentes).⁷⁰

Porém, para que a inclusão educacional de pessoas com deficiências realmente aconteça, é primordial uma profunda reorganização e atualização escolar, seja em adaptações físicas ou curriculares. No entanto, a formação de professores constitui-se um dos mecanismos mais importantes, pois propicia aos docentes a incorporação de práticas pedagógicas inovadoras, as quais priorizam a diversidade do ambiente escolar, por meio de ensino respeitoso e uma aprendizagem significativa para o (a) aluno (a).

A inclusão é, pois, um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.⁷¹

A partir do início deste século, inclusão social e cidadania vigoraram no imaginário social brasileiro como sinônimas. Reverter desigualdades, efetivar direitos, justiça social, acesso aos bens e serviços públicos passaram à ordem do dia. Embora sejam considerados temas utópicos por alguns autores, trata-se de processos que visam atenuar os efeitos perversos da exclusão que negam a cidadania.⁷²

Conforme o pensamento de Forest e Pearpoint:

Inclusão não trata apenas de colocar uma criança deficiente em sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Inclusão trata, sim, de

⁶⁹ ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

⁷⁰ GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: Uma análise no campo da Educação Especial brasileira**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado) — Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

⁷¹ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? *In*: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997. p. 120.

⁷² GODOY, Andréa. **Cartilha da inclusão dos direitos da pessoa com deficiência**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com a nossa moralidade.⁷³

Considerando a abrangência de situações e conceitos inerentes ao tema da inclusão social, à discussão da questão da cidadania, do imbricamento das definições com o campo da Economia e suas relações com o campo político, sociológico, educacional, filosófico, material e imaterial, alguns autores apresentam conceitos convergentes e complementares a respeito do assunto. Dentre eles merece destaque a relação que é traçada entre a pobreza e a insuficiência de recursos:

Processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem.⁷⁴

Na evolução do conceito de inclusão observa-se a caracterização aberta e flexível relacionada à abordagem holística da internacionalização da economia neoliberal e o caráter multidimensional relativo às privações de direitos e a diferenciação conceitual da pobreza e a questão da gestão pública:

É uma questão de abertura e de gestão: abertura entendida como sensibilidade para identificar e recolher as manifestações de insatisfação e dissensos sociais, para reconhecer a “diversidade” social e cultural; gestão entendida como crença no caráter quantificável, operacionalizável, de tais demandas e questionamentos, administráveis por meio de técnicas gerenciais e da alocação de recursos em projetos e programas (as políticas públicas).⁷⁵

Observa-se na citação referendada acima, que os Poderes Públicos são responsáveis pela incumbência de ofertar e gerenciar programas e projetos sociais para a população em geral e, principalmente para as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade, por meio de políticas públicas que contemplem a heterogeneidade sociocultural da sociedade brasileira, a qual clama por ações inclusivas por parte do Estado. Em relação ao assunto, Costa afirma:

Viabilizar a inclusão social é responsabilidade do poder público do Estado. E isso deve acontecer a partir de ações governamentais essenciais para o desenvolvimento

⁷³ FOREST; PEARPOINT, 1997, p. 138.

⁷⁴ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05)**, Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003), 773 final, 2003. p. 9.

⁷⁵ LACLAU, Ernesto. **Inclusão, exclusão e a construção de identidades**. In: AMARAL JR, Aécio; BURITY, Joanildo (Orgs.). **Inclusão social, identidade e diferença: perspectiva pós-estruturalista de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 28.

da cidadania. São ações que devem compartilhar em seu interior não apenas a renda, mas também o acesso às políticas e aos serviços sociais. Essa seria a função da inclusão social compreendida como a possibilidade de enfrentamento da situação de exclusão por meio da implementação de políticas sociais.⁷⁶

Com a inserção do viés econômico no entendimento da inclusão social, esta deixou de ser exclusividade dos Poderes Públicos constituídos em suas diversas esferas e passou a propalar a necessidade do Protagonismo Social dos beneficiários. Nesse contexto surgem as chamadas Tecnologias Sociais na geração de alternativas modernas, simples e de baixo custo para a solução de problemas estruturais, efetivas e reaplicáveis inclusive para resolver problemas sociais.⁷⁷

Observado o largo espectro teórico da questão do entendimento da expressão inclusão social, torna-se oportuna uma abordagem teórica de sua contraparte, ou seja, a exclusão social a fim de que se tenha uma visão contextualizada.

A discussão sobre a exclusão social foi iniciada atrelada ao conceito de questões especificamente socioeconômicas relativo à Teoria da Marginalidade⁷⁸, muito discutida na década de 1960, com enfoque histórico-estrutural, centrado na contradição entre a acumulação capitalista e a existência da miséria, diferenciando o capitalismo competitivo e o monopolista, ressaltando a questão do exército industrial de reserva.

O Capitalismo Competitivo é eivado de ciclos decenais de avanços e recuos. As indústrias variam de uma animação média, atingem uma produção a todo vapor, declinam para um período de crise e estagnação. O Monopolista apresenta constância no desenvolvimento dos meios de produção, maior especialização e qualificação da mão de obra e dispensa a existência do exército industrial de reserva.⁷⁹

De acordo com Castel, a exclusão se dá efetivamente pelo estado de que todos os que se encontram

[...] fora dos circuitos vivos das trocas sociais. Não se nasce excluído, não se esteve sempre excluído, a não ser que se trate de um caso muito especial. Pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração, etc. não se trata mais de uma pobreza residual, de alguma forma intemporal, mas de uma novidade que exige análises novas, porque representa o que

⁷⁶ COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. Notas sobre exclusão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 96, p. 93-109, 2008.

⁷⁷ COSTA, Adriano Borges. **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Polis; Brasília, DF, Fundação Banco do Brasil, 2013.

⁷⁸ QUIJANO, Aníbal. Marginalidad e informalidad em debate. **Tercer Milênio**, jan. 2000.

⁷⁹ NUN, José. "Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal". In: PEREIRA, L. (Org.). **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

hoje há de inédito na conjuntura social.⁸⁰

Avanço tecnológico e mudanças estruturais redundaram na precarização e instabilidade do trabalho, aumento do desemprego, perda do poder aquisitivo e aprofundamento da pobreza⁸¹ e exclusão social. Esses aspectos são reforçados pelo abandono escolar, estigma social, segregação comunitária e ausência das proteções legais básicas.⁸²

Analfabetismo, exclusão social e digital, miséria e desemprego são alguns dos desequilíbrios sociais oriundos do impacto do avanço tecnológico no mundo globalizado. Na Antiguidade (3000 a. C) surgiram a escrita, os números racionais e a afirmação de que a Terra era redonda; na Idade Média, os primeiros moinhos de ventos, a bússola, o leme; na Idade Moderna, a imprensa, a máquina de somar, o gerador elétrico, o automóvel a vapor e ocorreu o primeiro vôo num balão. A exclusão digital impossibilita as pessoas a adentrarem na nova revolução tecnológica numa situação estável e confortável.⁸³

A reversão do processo de exclusão social exige o estabelecimento de políticas públicas cujo agente primário é o Governo. Ela por sua vez é uma escolha no sentido de empreender um curso de ação que produza efeitos (intencionais ou não), selecionando objetivos e meios, num processo dinâmico, ou seja, ela resulta de um conjunto de decisões inter-relacionadas.⁸⁴

Idade, gênero, etnia e origem familiar são barreiras enfrentadas no acesso, permanência e sucesso no que concerne ao direito à educação. As pessoas negras têm 1,7 anos a menos de escolaridade que as brancas, com taxas de repetência e abandono maiores. Cerca de 70% delas vivem em famílias com renda de até 2 salários mínimos. Entre os/as jovens de 15 a 17 anos de baixa renda, 18% estão fora da escola.⁸⁵

Conforme a visão conceitual de Campos

[...] a exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não-acesso a bens e serviços básicos, como

⁸⁰ CASTEL, R. *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000. p. 22.

⁸¹ LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitividade. *Revista Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 13-24, 2006.

⁸² MAZZA, Jacqueline. Inclusão social, mercado de trabalho e capital humano na América Latina. In: BUVINIC, M; MAZZA, J; DEUTSCH, R. (Orgs.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

⁸³ MENEZES, Deise Emanuele Lima de. A tecnologia, a exclusão digital, social e as relações trabalhistas. In: *Juridicocerto*, São Paulo, n. 1, maio 2016. Disponível em: <www.juridicocerto.com>. Acesso em: 11 dez. 2017.

⁸⁴ CAMARGO, Eduardo Martins de. *O estado democrático brasileiro e os mecanismos de inclusão e exclusão social do adolescente em conflito com a lei*. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

⁸⁵ DAYRELL, Juarez Tarcisio. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. Campinas: *Rev. Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 135, p. 407-423, abr./jun. 2016.

à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, de seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente.⁸⁶

A exclusão social também pode ser entendida como um modo de vida dominante, atestada por meio de alguns indicadores: habitabilidade, educação, formação, emprego e condições de trabalho, rendimentos, saúde, tempos de lazer e férias, redes de relações, equipamentos e bens de consumo e hábitos alimentares.⁸⁷ Percebe-se que essa expressão veio a substituir o termo pobreza.

A exclusão social é o principal marcador entre os usuários regulares de crack. Verificou-se que 80% deles são negros, não atingiram o ensino médio; 40% vivem em situação de rua; 49% têm passagem pelo sistema prisional. Quando o viés é gênero, 47% das mulheres têm histórico de violência sexual, contra apenas 7,5% dos homens. A mortalidade de usuários de crack é 7 vezes maior que a da população em geral.⁸⁸

A fórmula jurídica normativa que impede a mercantilização do ser humano é o princípio da dignidade da pessoa humana. Sob sua égide o Estado é obrigado a adotar políticas públicas que incluam todos no usufruto dos bens e serviços, que permita ser parte ativa no processo socioeconômico e cidadão⁸⁹, afastando-os da impossibilidade de aquisição desses bens e serviços, tornando-os seres sociais.⁹⁰

Marcadas por conflitos, exclusão e inclusão são mutuamente pré-requisito uma da outra. Trata-se da exploração de uns sobre outros, desde que o primeiro tenha mais poder que o segundo. A exclusão é condição para a existência do Capitalismo.⁹¹ A exploração pode se dar num formato econômico, político ou cultural.

Hodiernamente o entendimento dado ao conceito de exclusão social passou a inserir a questão do não reconhecimento de direitos, sendo os excluídos considerados como pessoas que não têm direito a ter direitos,⁹² iniciando-se pelo mundo do trabalho, com as mudanças nos mecanismos de proteção social e do próprio trabalho, com o processo de precarização. Há autores que definem a exclusão social sob a óptica crítica aos desígnios do Liberalismo

⁸⁶ CAMPOS, A. *et al.* **Atlas de exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 33.

⁸⁷ BASTOS, Joana Pinho Duarte. **Concepções e práticas inovadoras na inserção social pela qualificação e trabalho: o caso do projeto dar sentido à vida**. 2016. (Dissertação (Mestrado) — Universidade de Coimbra, Portugal, 2016.

⁸⁸ SOUZA, Jessé (Org.). **Crack e exclusão social**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.

⁸⁹ ROCHA, Carmem Lucia Antunes. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. **Rev. IBDH**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 49-67, 2016.

⁹⁰ ROSA; SCHROEDER, 2014, p. 3.

⁹¹ FALEIROS, 2006, p. 4.

⁹² OLIVEIRA, Rafaela Gonçalves de. Trabalho e exclusão social no Brasil. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. XX, n. 161, jun. 2017.

Econômico: “Exclusão social não é um conceito, é uma nova questão social. Esta situação está sendo produzida pela conjunção das transformações no processo produtivo, com as políticas neoliberais e com a globalização”.⁹³

O diagnóstico social é um dos instrumentos fundamentais da estrutura básica dos métodos de intervenção social, na medida em que se procura um conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual se realizará uma intervenção social, e dos diferentes elementos que são necessários ter em conta para resolver as situações-problema diagnosticadas⁹⁴.

A exclusão social é um processo multifacetado que se revela por meio de vários indicadores, como distribuição de renda, capacitação dos membros da família, composição etária da família, direitos suprimidos dos componentes da família, aos índices de pobreza, ao quantitativo de jovens que fazem parte da população, às taxas de analfabetismo e à desigualdade de renda. Esses índices estão fortemente associados à exclusão social em bairros com altos índices de pobreza⁹⁵.

3.2 Perspectiva teológica da inclusão social

Inúmeras passagens bíblicas (no Antigo Testamento, em Deuteronômio, Levítico, Jó, Eclesiastes) fazem referência à questão da inclusão/exclusão social tendo por parâmetro a ocorrência de deficiência, relacionando-a a questão do pecado, do amaldiçoamento, da condenação e à impureza dos seus portadores e portadoras, causando-lhes a morte física e/ou social, excluindo-os/as do culto e da convivência social.⁹⁶

No Novo Testamento a questão teológica não está dissociada da vida, pois as pessoas cristãs são animadas a praticar a retidão e a levantar suas vozes contra a injustiça.⁹⁷ Surge aí uma espécie de primeiro ensaio ao que posteriormente passa a ser chamada de teologia pública, caracterizada como um tipo de religião civil, com função profética, crítica, relativa à cultura, à política e à sociedade.⁹⁸

⁹³ LESBAUPIN, Ivo. **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 36.

⁹⁴ SAUER, Leandro; CAMPELO, Estevan; CAPILLÉ, Maria Auxiliadora Leal. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande – MS**: uma nova reflexão. Campo Grande: Oeste, 2012, p. 14.

⁹⁵ SAUER, 2012, p. 50.

⁹⁶ FIGUEIRA, Emílio. **Teologia da inclusão**. São Paulo: Figueira Digital, 2015.

⁹⁷ CÍCILIATO, Fábio; MOREIRA, Neir. A responsabilidade social da Igreja Evangélica contemporânea segundo o modelo de Cristo. **Revista Teologia e Espiritualidade**, Curitiba, n. 4, out. 2014.

⁹⁸ OTON, Karina Muniz Barreto. Teologia e inclusão social. In: CONGRESSO ANPTECRE, 5., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPTECRE, 2015.

Cada vez mais a temática da inclusão/exclusão social vai sendo inserida na abordagem teológica. A Igreja, enquanto instituição, mantém relações com o mundo político, econômico, cultural e religioso,⁹⁹ tornando-se necessário que essa instituição se molde sob diversas formas: institucional, carismática, de pregação, da práxis libertadora, plural, fragmentada e pós-moderna.

Inúmeras lutas sociais vêm sendo embutidas no Catolicismo, como por exemplo, a questão racial. Nesse particular as reivindicações do Movimento Negro¹⁰⁰ estão presentes no discurso teológico. Registre-se que os movimentos sociais no Brasil lutam por justiça social e redistribuição equitativa da riqueza social. Contudo, ainda não é unânime o apoio das hierarquias religiosas, persistindo também forte resistência por parte de setores ligados aos e às fiéis.

Teólogos¹⁰¹ estudiosos da questão da teologia pública têm se manifestado a favor do rompimento com o eclesiocentrismo, a fim de que seja estabelecido um diálogo interconfessional e inter-religioso, reconhecendo-se o pluralismo da matéria, configurando uma luta para vencer as mazelas sociais. Esses autores pontuam essas questões como exigência ao pastoreio a partir da teologia pública.

Indistintamente, a teologia pública, na América Latina¹⁰² tem demonstrado engajamento contextualizado na defesa da pessoa humana, reivindicando o verdadeiro e pleno exercício da cidadania, compreendendo questões relacionadas à liberdade, participação e igualdade para todos, redundando na conquista e salvaguarda dos direitos civis, políticos e sociais.

Recorde-se que o termo teologia pública é relativamente novo, referido inicialmente nos Estados Unidos da América, quando procurou refletir sobre o comportamento religioso do povo, sob a perspectiva histórica, bíblica e filosófica. No Brasil a abordagem é essencialmente contemporânea e contextualizada científica, religiosa, política e economicamente.¹⁰³

⁹⁹ BOBATO, Nadia Mendes; SOUZA, Waldir. Teologia, bioética e suas interconexões com as Comunidades Eclesiais de Base. **Caderno Teológico da PUCPR**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 97-112, 2014.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **Teologia da libertação e Renovação Carismática católica**: religião e política na Arquidiocese de Londrina. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista, Marília, UFPR, 2017.

¹⁰¹ SILVA, Natanael Gabriel; GONÇALVES, Alonso. Pastoreio e compaixão: uma contribuição à pastoral urbana a partir da teologia pública. **Revista Ciber Teologia**: Teologia e cultura, São Paulo, ano X, n. 45, p. 76-77, 2014.

¹⁰² SOUZA, Carolina Bezerra de. A teologia pública e a questão da cidadania e da violência contra a mulher. **Revista Caminhos**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 139-150, 2013.

¹⁰³ HÜNEMEIER, Alexandra Inês. Teologia pública no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: EST, 2012. p. 1521-1538.

Os principais aspectos da teologia pública são o diálogo com a sociedade contemporânea fazendo uma abordagem inter e transdisciplinar¹⁰⁴ de questões eclesiais, científicas, culturais e com outras religiões acerca dos desafios sociais, políticos, econômicos e culturais, englobando a questão da inclusão/exclusão social.

Observa-se no Antigo Testamento (Gn 1, 27) a expressão que Deus criou todos os seres humanos à sua imagem e semelhança subentendendo-se, portanto, que todo ser humano “reflete algo da grandeza e dignidade de uma realidade absoluta, que as religiões judaico-cristãs chamam de Deus”¹⁰⁵.

No item 34 da Doutrina Social da Igreja Católica Apostólica Romana (DSI) está expresso que ser pessoa à imagem e semelhança de Deus comporta [...] um existir em relação, em referência ao outro ‘eu’, porque Deus mesmo, uno e trino, é comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo.¹⁰⁶

A Trindade é diversa na unidade e una na diversidade. Portanto, assim como Deus é um só em três Pessoas, mas com atributos próprios, cada ser humano é universalmente igual na dignidade, mas com particularidades que se manifestam numa diversidade etária, de gênero, étnica, de ordem física, sensorial, mental ou intelectual. Inúmeras passagens bíblicas (At 10, 34; Rm 2, 11; Gal 2, 6 e Ef 6, 9) ilustram que Jesus não faz acepção de pessoas. Todas, com ou sem deficiência, gozam da mesma dignidade de criaturas feitas à sua imagem e semelhança¹⁰⁷.

Isso leva a refletir que inexistente diferença entre *sãos* e *impedidos*, pois toda vida humana é limitada, vulnerável e débil. Jesus Cristo “*estando na forma de Deus tornou-se semelhante aos homens e reconhecido em seu aspecto como um homem*” (Fl 2, 6-8). Dessa forma, por meio da Encarnação do Verbo, Jesus assume a condição humana de fraqueza e limitação, para cumprir o plano salvífico de Deus, ou seja, Cristo assumiu as deficiências humanas, servindo de rampa para acesso ao Pai¹⁰⁸.

Todas as pessoas são chamadas à salvação: “*Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura*” (Mc 16, 15). Essa recomendação aos discípulos feita por Jesus exprime a vontade de Deus para que todos os seres humanos, homens e mulheres, sem exceção, sejam salvos, posto que Cristo se entregou para a redenção de todas as pessoas (Tm

¹⁰⁴ SINNER, Rudolf von. Teologia pública no Brasil: um primeiro balanço. **Revista Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, ano 44, v. 122, p. 11-28, jan./abr. 2012.

¹⁰⁵ PEREIRA, Elizabete Aparecida; RIBEIRO, César Leandro. A inclusão da pessoa com deficiência na vida comunitária eclesial: contexto, perspectivas teológicas e horizontes de ação. **Caderno Teológico da PUCPR**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 208-245, 2014.

¹⁰⁶ PEREIRA; RIBEIRO, 2014, p. 216.

¹⁰⁷ PEREIRA; RIBEIRO, 2014, p. 217.

¹⁰⁸ PEREIRA; RIBEIRO, 2014, p. 219.

2, 4-5). Pode-se compreender aí um processo relacional, onde Deus inclina-se ao ser humano e que toda essa dedicação é culminada em Jesus Cristo, que chega até a pessoa humana pela ação do Espírito Santo¹⁰⁹.

Entenda-se que o Evangelho é uma ideologia inclusiva. Nele, as pessoas ocupam lugar de destaque, visto que são beneficiárias de várias curas realizadas por Jesus. Todavia, as pessoas não ocupam lugar central apenas nas muitas narrativas da ação de Jesus, mas se encontram situadas no centro do anúncio evangélico como coprotagonistas da Boa Nova. Para além dos milagres (Lc 7,22; Mt 11, 5), Jesus se refere à chegada do Reino de Deus, na medida em que *“os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e aos pobres é anunciado o Evangelho”*¹¹⁰.

A concepção cristã de caridade faz com que grupos de voluntários católicos pratiquem uma assistência baseada na ideia do amor fraterno às famílias carentes, mendigos, doentes, crianças abandonadas, deficientes físicos e mentais. Essa assistência não visa a interesses pessoais ou recompensas materiais. O único critério exigido é a vontade de servir ao próximo, por ser um dever cristão para com os desfavorecidos e as desfavorecidas. Essa concepção de caridade é encontrada em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Católica a difundiu por meio de um discurso repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais¹¹¹.

No trabalho desenvolvido pelas pastorais sociais, por entidades filantrópicas assistenciais e movimentos leigos, constata-se a presença de variados sujeitos sociais (empresários, comerciantes, comerciários, profissionais liberais, donas de casa, funcionários/as públicos, empregadas/os domésticas/os, estudantes e professores/as), que afirmam ter como princípio básico a caridade. O “Decreto sobre a atividade missionária da Igreja”, publicação que resultou das discussões do Concílio Vaticano II, estabelece:

A caridade cristã a todos se estende sem distinção de raça, de condição social ou de religião. Ela não espera vantagem alguma nem gratidão. Foi com amor gratuito que Deus nos amou. Assim também os fiéis por sua caridade mostrem-se solícitos por todos os homens, amando-os naquele mesmo afeto que levou Deus a procurar o homem. À imitação de Cristo que percorria todas as cidades e aldeias, curando toda doença e enfermidade em sinal da vinda do Reino de Deus (At 10, 38), a Igreja por seus filhos se liga aos homens de qualquer condição e particularmente aos pobres e aflitos, dedicando-se a eles prazerosamente (Cor 12, 15)¹¹².

¹⁰⁹ PEREIRA; RIBEIRO, 2014, p. 220.

¹¹⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Catequese Renovada**: documento 26. 39. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

¹¹¹ SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

¹¹² YAZBECK, M.C. A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. **Cadernos do**

O discurso oficial da Igreja Católica remete às convicções de que a caridade, em amplos aspectos, muito se assemelha ao entendimento de cuidado, derivado do latim *cura*, usado num contexto de relações de amor e de amizade, expresso por meio de atitudes de desvelo, de preocupação e de inquietação. Essa palavra também pode ser derivada de *cogitare* – *cogitatus* e de sua corruptela *coyedar*, *coidar*, *cuidar*, com o mesmo sentido de cura: cogitar, pensar, colocar atenção, mostrar interesse, revelar uma atitude de desvelo e de preocupação¹¹³.

Outros significados ainda podem ser atribuídos à palavra “cuidado”: desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. Trata-se de uma experiência de vida em que a pessoa sai de si e centra-se no outro. Vivencia aquilo que a expressão latina *cura d'almas* imprime no sacerdote cuja missão reside em cuidar do bem espiritual das pessoas e acompanhá-las em sua trajetória religiosa¹¹⁴. O cuidado provoca preocupação, inquietação e sentido de responsabilidade. Isto faz entender que essa palavra remete a outra, a qual se chama trabalho.

É por meio do trabalho que se dá a construção do *habitat*, adaptado e conformado à satisfação de desejos. Essa satisfação leva a um comportamento antropocêntrico e a negar a relativa autonomia que o meio possui. Dessa forma subentende-se uma falsa impressão de que o trabalho se opõe ao cuidado. Na realidade, por meio do cuidado, a natureza não é vista como objeto. O trabalho, para adaptar a natureza, precisa implicar intimidade, acolhimento, respeito, sintonia, escuta, sossego, repouso, afinação, sacralidade, reciprocidade e complementaridade¹¹⁵.

Hodiernamente a palavra trabalho passou a receber inúmeros adjetivos¹¹⁶ que a tornou distante de suas relações com a natureza. A lógica da máquina escravizou, racionalizou, objetivou e despersonalizou o trabalho, a fim de que se tornasse produtivo. Percebe-se que a ditadura da máquina, do trabalho produtivo, está impregnado com a visão de que o ser humano é apenas uma força de trabalho a ser vendida e explorada, verificando-se apenas sua capacidade de produção e de consumo. Já não se enxerga mais a espiritualidade humana¹¹⁷.

Os seres humanos são dotados de uma capacidade peculiar que não é encontrada nas máquinas. Essa capacidade surgiu há milhões de anos junto com o processo evolutivo: o

CEAS, Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

¹¹³ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela Terra. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 90.

¹¹⁴ BOFF, 2003, p. 91.

¹¹⁵ BOFF, 2003, p. 95.

¹¹⁶ ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**: Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2016, p. 110.

¹¹⁷ BOFF, 2003, p. 98.

sentimento; a capacidade de se emocionar, de se envolver, de afetar e de se sentir afetado. Somente aquilo que passou por uma emoção, que despertou um sentimento profundo e provocou uma sensação de cuidado, marca profundamente e permanece de forma definitiva em nosso ser. Portanto, sem a emoção, sem o sentimento, seríamos apenas uma porção de argila inerte¹¹⁸.

O Modo de Produção Capitalista, a ditadura da máquina, o Mercado e o Neoliberalismo levaram a humanidade à sede de poder, ao despotismo, à racionalidade fria e desenfreada, à obcecação pela eficiência e eficácia. Torna-se preciso renunciar a todos esses ditames. Necessita-se agora organizar a prática do trabalho em sintonia com a natureza, o seu ritmo, urge elevar os interesses da sociedade e das comunidades bióticas acima dos interesses meramente produtivistas.

Acredita-se que devido à conjunção de todos esses fatores “cerca de 4,67 bilhões de seres humanos estejam condenados a uma vida sem qualquer sustentabilidade. Já não se tem mais a visão dos seres humanos criativos, ternos, cuidadosos, espirituais e portadores de um projeto sagrado”¹¹⁹. Tudo agora se assenta na competição. É por isso que hoje temos uma sociedade excludente, inumana e algoz. Isso nos impede o alcance da felicidade plena e compromete o futuro e a paz da humanidade e da Terra.

De acordo com Boff é urgente buscar o equilíbrio entre o *esprit de finesse* e o *esprit de géometrie*. É por meio do primeiro que se expressa a finura, a sensibilidade, o cuidado e a ternura. Esses sentimentos fazem nascer o mundo das excelências, das grandes significações, dos valores e dos compromissos para os quais nos dignificamos a desprender energias e tempo. No segundo, tem-se o caráter calculatório, obreirista, centrado na eficácia e no poder. É o que impera na pós-modernidade, deixando de lado tudo o que tem a ver com o afeto, o enternecimento e o cuidado essencial¹²⁰.

Esse equilíbrio há de exigir a coexistência de duas outras capacidades: a cordialidade e a compaixão. A primeira supõe a capacidade de sentir o coração do outro e o coração secreto de todas as coisas. Acredita-se que a pessoa cordial ausculta, cola o seu ouvido à realidade, presta atenção e põe cuidado em todas as coisas. A segunda está inserida na experiência do Budismo. Implica o desapego total do mundo, mediante a ascese, e o cuidado com o mundo, mediante a compaixão. Por um o ser humano se liberta da escravidão do desejo de posse e de

¹¹⁸ BOFF, 2003, p. 101.

¹¹⁹ BOFF, 2003, p. 98.

¹²⁰ BOFF, 2003, p. 118.

acumulação; pelo outro, se re-liga ao mundo afetivamente, responsabilizando-se por ele¹²¹.

A com-paixão é a capacidade de compartilhar a paixão do outro e com o outro. Trata-se de uma verdadeira empatia. É sair de seu círculo e entrar no do outro, sofrer com ele, alegrar-se com ele, caminhar junto com ele e construir a vida em sinergia com ele. Renuncia-se ao desejo de dominação e de atentar contra a vida de qualquer ser vivo, recusando todas as formas de violência. É construída a comunhão a partir dos que mais sofrem e mais são penalizados. Esse é o caminho para abertura da porta que vai levar a uma sociedade realmente integradora e includente¹²².

Caridade, cuidado, trabalho, sustentabilidade, *finesse*, cordialidade e compaixão. Todas essas palavras, eivadas de todos os seus significados, fazem com que o Projeto Arte Criança, desenvolvido no Município de Iguatu, procure efetivar a exclusão das crianças iguatuenses do contingente dos 4,67 bilhões de pessoas no Planeta Terra que estão sendo submetidas a uma vida que fere a dignidade humana, dado que a ganância e a obcecação pelo poder faz com que 1/3 da Humanidade se torne insensível ao sofrimento da grande maioria. O Projeto Arte Criança é o assunto do próximo capítulo.

¹²¹ BOFF, 2003, p. 126.

¹²² BOFF, 2003, p. 126.

4 O PROJETO ARTE CRIANÇA EM IGUATU-CE

Este capítulo da pesquisa apresenta o Projeto Arte Criança como um exemplo de projeto social que visa à inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, no estado do Ceará.

Por ser um projeto social vinculado a uma Organização Não Governamental (ONG), inicia-se esta parte esclarecendo o que é uma ONG e o Terceiro Setor, dentro do tópico de construção do histórico de criação e desenvolvimento do trabalho em estudo. Em seguida serão apresentadas as ações do projeto e finaliza-se com os resultados das intervenções das atividades artísticas e culturais do Arte Criança.

4.1 Histórico

A descrição de Sociedade Civil é transcendente à de Estado. Para alguns filósofos o conceito de Sociedade Civil era sinônimo de Estado: uma comunidade política enraizada nos princípios da cidadania. Até o século XVIII, segundo alguns teóricos, o ser humano escapa do estado de natureza, o estado natural, para entrar em uma forma contratual de governo, baseada na regra da lei: uma sociedade civil. Reconhece-se a importância das associações independentes como componentes da sociedade civil que desempenham o papel de mediadoras entre os indivíduos e o Estado¹²³.

Inserida nos movimentos sociais institucionalizados em espaços públicos, as Organizações da Sociedade Civil, enquanto organizações do Terceiro Setor passam a serem veículos de expressão da Sociedade Civil. Alicerçados em um passado de política clientelista, os movimentos sociais aflorados após a Revolução de 1964 até a promulgação da Constituição de 1988 eram opositores ao Estado e, portanto, mantinham-se distantes das estruturas governamentais, muito mais por resistência do que por idealismo¹²⁴.

O termo ONG (Organização Não Governamental), apresenta uma concepção negativa, conota uma posição contrária, antigovernamental, independente dos Governos, tornando-se incongruente com a atual realidade. O termo surgiu após a Segunda Grande Guerra e foi consagrado pelos países membros da ONU. Por resolução de um de seus órgãos,

¹²³ OLIVEIRA, Eider Arantes; GODOI-DE-SOUSA, Edileusa. O terceiro setor no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 4, n. 3, set/dez. 2015, p. 185.

¹²⁴ OLIVEIRA; GODOI-DE-SOUSA, 2015, p. 182.

definiu Organizações Não Governamentais como “todas aquelas não estabelecidas por acordo intergovernamental”¹²⁵.

O termo Terceiro Setor foi cunhado por John D. Rockefeller III, nos Estados Unidos, em 1978, um integrante da intelectualidade orgânica do capital, o que leva a entender que o conceito sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias às classes dominantes. Para alguns estudiosos do assunto, o termo carrega várias inconsistências teóricas por estar impregnado de significados diferentes, nomear vários tipos de entidades, apresentar sentidos que mais confundem do que esclarecem e não ter condições de reunir consenso sobre o seu significado concreto¹²⁶.

Considerando o surgimento do conceito, as diferentes definições, a natureza das suas intenções, os formatos jurídicos e as características intrínsecas à obtenção de meios para garantir a sua sobrevivência, as organizações pertencentes ao Terceiro Setor no Brasil estão inseridas num cenário, ora de avanços, ora de retrocessos, nos aspectos relacionados à legislação, gestão e captação de recursos, caracterizados por um caminho tortuoso trilhado ao longo de sua história.

A legislação brasileira estabeleceu um amplo conceito para o terceiro setor no país:

[...] o conceito de terceiro setor inclui o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social. Compreende também as organizações voltadas para a defesa de grupos específicos da população, como mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, cultura e lazer. Engloba as experiências de trabalho voluntário, pelas quais cidadãos exprimem sua solidariedade mediante doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais¹²⁷.

A expressão “terceiro setor” tem origem no termo inglês *third sector*, porém são empregadas também outras denominações como, *voluntary*, *independent* ou *non-profit sector* e *public charities*. Suas entidades são regidas pelo Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406/2002), e juridicamente constituídas, em regra, sob a forma de associações ou fundações, genericamente denominadas de ONGs (organizações não governamentais). Possui por características a preocupação com o pleno exercício da cidadania, a militância e o ativismo, a resistência, a capacidade de mobilização em prol de questões ligadas ao meio ambiente, aos direitos humanos e às minorias.¹²⁸

¹²⁵ MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

¹²⁶ GOHN, M. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 223-244, 2008.

¹²⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre o terceiro setor**. Brasília, DF, 2016, p. 13.

¹²⁸ BRASIL, 2016, p. 14.

No final da década de 1990, foi promulgada a chamada Lei do Terceiro Setor, a qual criava a qualificação denominada Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as OSCIP's, cuja certificação dava às organizações da sociedade civil o acesso a novos recursos por meio de um Termo de Parceria entre elas e o Poder Público para suas finalidades, assumindo obrigações de transparência administrativa.

O Projeto Arte Criança surgiu de uma experiência dos artistas Cleodon de Oliveira e Nonato de Moura, numa Colônia de Férias intitulada “Programa Recreio,” na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Filgueiras Lima”, localizada no bairro Veneza, em Iguatu. Naquele momento foram realizadas oficinas de danças folclóricas. As atividades tiveram continuidade no Núcleo da FEBEMCE Projeto Iguatu (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), com atividades de teatros de ator e de bonecos¹²⁹.

Com a continuidade dos trabalhos artístico-culturais a partir de 29 de novembro de 1992, o projeto foi transformado numa Organização Não Governamental, com constituição jurídica, em forma de uma Associação Civil sem fins lucrativos, para prestar serviços a crianças e adolescentes da Rede Oficial de Ensino, compreendidos na faixa etária dos 07 (sete) aos 17 (dezessete) anos¹³⁰, tendo como fulcro inspiratório os Artigos 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece:

Art. 3º – A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

Art. 4º – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária¹³¹.

A responsabilidade do Projeto Arte Criança, considerando essa percepção, é oportunizar ao seu público-alvo a prática da vivência social, cultural e educativa, socializando o saber e propiciando o aprendizado para o exercício da cidadania, resultando numa efetiva inclusão social e no respeito e valorização das expressões culturais do entorno social¹³². Ao longo dos anos este projeto tem se fortalecido por meio de parcerias diversas, especialmente com entidades que historicamente têm se dedicado à causa infantil.

¹²⁹ SANTOS, Francilene Pereira. **Portfólio**: Projeto Arte Criança. Iguatu, CE: Projeto Arte Criança, 2010, p. 2.

¹³⁰ SANTOS, 2010, p. 2.

¹³¹ BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, DF, 2006, p. 09-10.

¹³² SANTOS, 2010, p. 3.

Atualmente o Projeto Arte Criança é detentor de uma representatividade regional, com acordos firmados com a extinta FEBEMCE (Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor); Fundação ABRINQ; Secretaria da Cultura do estado do Ceará; Programa “Transformando com Arte” do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES); Fundação NATURA Cosméticos; Prefeitura Municipal de Iguatu; Prefeitura Municipal de Assaré; Associação das Mulheres de Iguatu (AMI); Fundação de Apoio aos Jovens de Iguatu (FAJI); Paróquia Nossa Senhora das Graças; Serviço Social do Comércio (SESC) e Projeto Mesa Brasil (SESC)¹³³.

O Projeto Arte Criança também se faz representar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e na Comissão Pró-Selo UNICEF de Iguatu. Ademais também colabora na execução de outros programas oficiais: Conjunto Integrado de Projetos do Médio Jaguaribe (CIPMMJ); Instituto Elo Amigo; Projeto Semiliberdade; Projeto Associação Atlética Banco do Brasil Comunidade; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Projeto de Obra Social Irmãos Maristas “Marcelo Champagnat” e com a Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais (APAE)¹³⁴.

A partir de 2010, o Projeto Arte Criança tornou-se Ponto de Cultura, por meio do Projeto Ciranda das Artes.

4.2 Ações do Projeto

As ações do Projeto Arte Criança são articuladas em quatro grandes programas:

- 1º – Programa Educando com Arte
- 2º – Programa Educando com a Música
- 3º – Programa “A Tenda e o Conto”
- 4º – Projeto Capoeira

A partir desses programas as demais atividades do Projeto são desenvolvidas em conformidade com as necessidades práticas. Apresentações artísticas, oficinas, reuniões, treinamentos para os “oficineiros”, reuniões sistemáticas para a realização de planejamento e elaboração de projetos. Diversas atividades socioeducativas e culturais são realizadas por meio da música (percussão, flauta, teclado) colocando em evidência os ritmos regionais do

¹³³ SANTOS, 2010, p. 3.

¹³⁴ BARBOSA, Honório. Projeto arte criança promove inclusão social em Iguatu. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/projeto-arte-crianca-promove-inclusao-social-em-iguatu-1.708790>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Nordeste do Brasil. Outras expressões corporais também são trabalhadas: capoeira e danças folclóricas das diversas regiões do país¹³⁵.

Ressalte-se a importância dada pelo Projeto Arte Criança à encenação teatral. Inúmeras oficinas teatrais, tanto com atores e atrizes, quanto com bonecos fazem parte do processo de formação educativa do público-alvo, dos colaboradores e colaboradoras, voluntários e voluntárias e gestores e gestoras do Projeto. Outro elemento importante é a música, com especial atenção à musicalidade regional, por meio de estudos e pesquisas sobre Humberto Teixeira, cuja terra natal é Iguatu, e o seu parceiro, Luiz Gonzaga¹³⁶.

O Projeto Arte Criança tem pautado as suas ações relevando sempre a importância da escolarização, a necessidade de um trabalho qualitativo com as crianças e adolescentes matriculados na Rede Pública do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. As maiores preocupações são com o domínio dos conteúdos dos componentes curriculares de Matemática e Língua Portuguesa. As atividades são desenvolvidas dentro e fora da sala de aula. São realizadas reuniões com grupo gestor, equipe pedagógica e professores e professoras das escolas atendidas. As famílias dos educandos e educandas também são envolvidas¹³⁷.

A expansão das atividades do Projeto Arte Criança além das fronteiras do município de Iguatu, levou-o à cidade de Assaré, onde foi desenvolvido o Projeto “O Canto do Patativa”, numa alusão ao maior e principal expoente cultural daquela terra. As principais preocupações foram enfrentar a evasão escolar, o consumo de bebidas alcoólicas, o uso de drogas ilícitas e a gravidez na adolescência naquele município. As atividades desenvolvidas buscaram resgatar a autoestima de jovens, chamando a atenção para o seu protagonismo social¹³⁸.

4.2.1 O Programa Educando com Arte

Esse programa é desenvolvido por meio de três grandes ações: Artes Plásticas; Teatro de Ator; Teatro de Boneco. Os eixos temáticos são tratados a partir de questões centrais: O que é arte?; O que é cultura?; O que é educação?; O que é linguagem?. Nas artes plásticas são feitos trabalhos de colagem de papel sobre bola de assopro, desenhos, estudo das cores, confecções de materiais diversos a partir do (re) aproveitamento, dobradura de papel e pintura. O teatro de ator trabalha o exercício da voz, do corpo, dos movimentos, a psicomotricidade, a expressão, a percepção, a memorização, a improvisação, a interpretação, a

¹³⁵ PROJETO ARTE CRIANÇA. **Relatório de atividades**. Iguatu, CE, 2017, p. 5.

¹³⁶ PROJETO ARTE CRIANÇA. **Relatório de atividades**. Iguatu, CE, 2016, p. 8.

¹³⁷ PROJETO ARTE CRIANÇA. **Relatório de atividades**. Iguatu, CE, 2015, p. 6.

¹³⁸ PROJETO ARTE CRIANÇA. **Ampliando suas ações**. Iguatu, CE, 2011, p. 17.

espontaneidade, a observação, a imaginação, o relaxamento, a descontração e a produção textual. Tudo isso também é comum ao trabalho com o teatro de bonecos, acrescentando-se a confecção de bonecos a partir da reciclagem¹³⁹.

O ensino de arte foi introduzido no currículo escolar através da Lei nº 5.692/71. No entanto, a sua efetiva implementação deparou-se com a barreira da qualificação docente. Uma tentativa de melhorar a sua oferta ocorreu na década de 1980, com a inserção do livro didático, que por sua vez entrou no cenário escolar como mero manual. O recrudescimento dos movimentos sociais em prol da redemocratização do país implicou o surgimento do Movimento Arte Educação, fortalecendo a tendência pedagógica do ensino voltado ao contexto sociocultural do aluno, despertando-lhe habilidades para desenvolver o senso crítico e interpretar informações¹⁴⁰.

O ensino de arte é uma área do conhecimento que contribui para a formação humana do aluno e da aluna, ajudando-o/a a entender de forma crítica a sociedade que o/a cerca e a sua cultura. Por conta disso, não pode ser tratado como mera forma de entretenimento. Sua existência no currículo escolar contribui para a formação plena do aluno e da aluna. Não permitir o acesso a essa área do conhecimento é negar-lhes o direito de formado como cidadão e cidadã, crítico e consciente¹⁴¹.

Destaque-se que no Programa Educando com Arte, desenvolvido pelo PAC, além dos dilemas diretamente relacionados à reflexão crítica, desenvolve-se ainda um verdadeiro trabalho de consciência ecológica, por meio do uso de materiais recicláveis para a confecção dos objetos de arte e dos bonecos necessários à representação teatral. Não obstante, também se percebe a questão do resgate da autoestima dos e das participantes, por meio do uso de técnicas de expressão corporal.

4.2.2 O Programa Educando com a Música

Por meio da familiarização do uso de instrumentos musicais (bateria, bangô, contrabaixo, ganzá, flauta, sanfona, teclado e violão) busca-se formar a consciência de cidadania e a valorização dos ritmos regionais nordestinos. São trabalhados os conhecimentos básicos da teoria musical (notas, acordes maiores e menores), melodia, harmonia, cifras e uso

¹³⁹ PROJETO ARTE CRIANÇA, 2017, p. 41.

¹⁴⁰ SILVA, Gislene Santos de Paula e. **A importância do ensino de arte no contexto escolar de uma escola do ensino fundamental**. 2015. 48 f. Monografia (Especialização em Ensino de Artes Visuais) — Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, p. 17.

¹⁴¹ SILVA, 2015, p. 20.

correto da voz. Técnicas de socialização são utilizadas visando à formação do grupo musical, denominado de “Sol Nascente”, para apresentações em eventos na cidade¹⁴².

A música possibilita uma diversidade de estímulos na criança, como a interatividade, a leitura, a criatividade e a comunicação que ajudam no seu aprendizado, favorecendo o seu relacionamento. A expressão musical desempenha importante papel na vida recreativa de toda criança, ao mesmo tempo em que desenvolve sua criatividade, promove a autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética¹⁴³.

A educação musical no Brasil iniciou-se ligada à Igreja Católica no trabalho dos Padres Jesuítas. A vinda da família real ao Brasil, no ano de 1808, iniciou um processo de grandes transformações na cidade do Rio de Janeiro. D. João VI estimulava o exercício das artes e assim a música teve incentivo. Ele criou a Capela Real com orquestra com grande número de músicos europeus. Somente no ano de 1854 foi instituído o ensino de música nas escolas brasileiras. Logo após houve outro decreto federal que fez referências ao ensino de elementos de música, para o qual foi exigido Professor Especial de Música por meio do concurso público. Outra referência ao ensino de música nas escolas é encontrada somente na década de 1930, no período da Era Vargas¹⁴⁴.

Nesse período foi implantado o programa denominado Canto Orfeônico, idealizado pelo compositor Heitor Villa-Lobos. A educação musical era vista, principalmente, como um meio de estabilização do regime, contribuindo significativamente para os objetivos políticos como a formação de uma consciência nacional, cívica e disciplinadora. A Associação Brasileira de Educação Musical iniciou um amplo movimento para garantir o ensino de Música nas escolas. Finalmente em 2008, aprovado pela Lei Ordinária nº 11.769/2008, o ensino da música passa a ser obrigatório nas escolas do Brasil¹⁴⁵.

A música como sempre esteve presente na vida dos seres humanos, ela também sempre está presente na escola para dar vida ao ambiente escolar e favorecer a socialização dos alunos e alunas. Além de despertar o senso de criação e recreação, as atividades de musicalização e a linguagem musical na formação das crianças no processo escolar servem como estímulo à realização e controle de movimentos específicos, contribuindo na organização do pensamento. Por outro lado, as atividades em grupo favorecem a cooperação e

¹⁴² PROJETO ARTE CRIANÇA, 2017, 32.

¹⁴³ LANGER, Adriane Daiane Dessbesell. **A linguagem musical e a formação do educando**. 2013. 26 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, p. 12.

¹⁴⁴ CORREIA, Marcos Antônio. A função didático-pedagógica da linguagem musical: uma possibilidade na educação. **Revista Educar**, Curitiba, v. 1, n. 36, p. 127-145, 2010.

¹⁴⁵ CORREIA, 2010, p. 132.

a comunicação¹⁴⁶.

Ressalte-se que a iniciativa do PAC em levar a Educação Musical às crianças e adolescentes das Escolas Públicas do Ensino Fundamental e em situação de risco social desfaz o mito de que a música de boa qualidade e de caráter regional é o bem cultural que só pode ser consumido pelas classes sociais abastadas.

4.2.3 O Programa A Tenda e o Conto

Trata-se de encenações, onde A TENDA é o cenário para teatro de bonecos, e o CONTO é o “contamento” de história utilizando-se da musicalidade. Objetiva desenvolver na criança o gosto pela leitura. São resgatadas inúmeras cantigas de roda e diversos personagens do imaginário infantil. As atividades também objetivam auxiliar docentes na busca da superação das dificuldades de discentes relativas à escrita e ao hábito de ler. O trabalho é feito em parceria com os grupos teatrais existentes na cidade de Iguatu. O público-alvo são alunos e alunas do primeiro ao quarto ano do Ensino Fundamental¹⁴⁷.

Sabe-se que no Brasil a média anual de leitura fora da escola é de 1,3 livro por habitante¹⁴⁸. Existe uma situação preocupante em relação à leitura, principalmente durante o período pré-escolar. Há diversas questões que denunciam os reais motivos para a não prática da leitura entre as crianças alfabetizadas ou em fase de alfabetização. A condição social dos alunos e alunas os impede de adquirir obras, visto que seus valores não são acessíveis. Docentes e familiares não podem dar o exemplo de reais leitores e leitoras para as crianças. A falta de maciços investimentos governamentais não permite que a população tenha bibliotecas ou salas de leituras adequadas¹⁴⁹.

Destarte o infortúnio da insuficiência, acrescente-se ainda a visão da biblioteca enquanto um espaço para guardar livros velhos/antigos e que não devem ser utilizados ou como um ambiente de punição para alunos e alunas atrasados ou retirados de sala de aula é latente nas escolas¹⁵⁰. Por meio desta iniciativa do PAC é possível passar para as crianças a imagem de que tanto a leitura quanto a escrita podem ser atividades lúdicas e prazerosas e que a biblioteca (onde ela existir) é, sim, um ambiente que deve ser utilizado, onde é possível

¹⁴⁶ LANGER, 2013, p. 21.

¹⁴⁷ A TENDA e o conto, objetiva despertar crianças para leitura. **A Comunidade**, Iguatu, CE, 4 dez. 2003. Caderno Cidade. p. 5.

¹⁴⁸ BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2013, p. 66.

¹⁴⁹ VARGAS, Roberta Dannemann. **Desenvolvimento do gosto pela leitura na primeira infância**: projetos escolares. 2009. 46 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009, p. 8.

¹⁵⁰ VARGAS, 2009, p. 10.

adquirir conhecimento, conhecer assuntos novos, aprofundar-se em outros e se divertir acima de tudo.

4.2.4 Projeto Capoeira

Trata-se da realização de ações voltadas à inclusão social, à educação esportiva e à formação cultural de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio do ensino, da prática e da difusão de manifestações culturais afro-brasileiras, em especial aulas de capoeira. Reconhecida pelo seu valor histórico, cultural, esportivo e socioeducativo no Brasil e em mais de 160 países, a capoeira é capaz de favorecer a aquisição de valores de cidadania, além de promover a inclusão social por meio do desporto, da dança, da arte, da história e da música¹⁵¹.

É fundamental o desenvolvimento de ações e parcerias que ofereçam tempos, espaços e condições para a prática da capoeira, além da disseminação e preservação de seus conteúdos históricos, culturais e técnicos e, especialmente, a garantia da experiência de uma de suas características mais essenciais: a convivência, a tolerância e a interação em um ambiente de diversidades. A riqueza do ensino e da prática da capoeira como projeto inclusivo consistirá nas várias formas de ser contemplada no ambiente de aprendizado, no qual o aluno e a aluna, por meio de sua prática ordenada, poderão assimilá-la e, assim, atuarem nas linhas com as quais mais se identificarem¹⁵².

Existem diversas possibilidades de trabalhos sociais com a capoeira. Ela é caracterizada como multifacetada. Dentre suas inúmeras formas de atuação no ensino, citam-se: Capoeira Cultura: tombada como Patrimônio Histórico Brasileiro, em 2008, e reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Mundo pela UNESCO, em 2014. Seus aspectos culturais se fazem presentes através da música, do ritmo, do canto, do instrumento, da expressão corporal e da criatividade de movimentos. Capoeira Música: não existe prática de capoeira sem musicalidade; ela está presente em todas as suas manifestações. Sendo assim, o trabalho de ritmo e musicalidade é fundamental para o pleno desenvolvimento da arte. Capoeira Dança: as aulas, sempre ritmadas, podem ser dirigidas no sentido de aproveitar os movimentos da capoeira para a dança, desenvolvendo flexibilidade, agilidade, destreza, equilíbrio e coordenação motora. Capoeira Esporte: como modalidade desportiva institucionalizada em 1972 pelo Conselho Nacional de Desportos, ela mesma deverá ter um

¹⁵¹ PROJETO ARTE CRIANÇA, 2017, p. 49.

¹⁵² PROJETO ARTE CRIANÇA, 2017, p. 50.

enfoque especial para a competição, estabelecendo-se treinamentos físicos, técnicos e teóricos¹⁵³.

A Lei nº 10.639/03 introduziu na Educação Básica o estudo da História da África, da cultura afro-brasileira e do povo africano no Brasil. Os e as afrodescendentes somam cerca de 67 milhões de pessoas no país, colocando-o na terceira posição entre os países africanos (Nigéria, 154 milhões; Etiópia, 82 milhões). Mesmo assim, existe um profundo desconhecimento da História e das relações com a África.

Não só ao cumprimento de uma determinação legal, mas também para o desenvolvimento de uma cultura de paz e tolerância, respeito mútuo e resgate da autoestima, o Projeto Capoeira implementado pelo PAC se reveste de grande importância para a valorização da cultura afro-brasileira e sua representatividade no município de Iguatu.

4.3 Resultados do Projeto Arte Criança

As ações do Projeto Arte Criança (PAC) no município de Iguatu têm sido alvo de reconhecimento por parte dos Poderes Públicos. No dia 30 de agosto de 1993 a prefeitura municipal publicou a Lei nº 266/93 reconhecendo o projeto de utilidade pública municipal. Em 16 de maio de 1995 foi a vez do governo do estado do Ceará, por meio da Lei nº 12.439/95 reconhecer a utilidade pública do Projeto a nível estadual. O PAC é registrado nos Conselhos Nacional de Assistência Social (CNAS), Municipal de Assistência Social (CMAS) e dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)¹⁵⁴.

A credibilidade das ações desenvolvidas pelo PAC em Iguatu levaram-no a participar do Prêmio Itaú/UNICEF, em Recife, no ano de 2003; Concurso Gestão e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, no ano de 2004; por três vezes consecutivas, nos anos de 2002, 2003 e 2004, agraciado com o “Título Amigo Eficiente” concedido pela APAE de Iguatu; agraciado com a “Comenda Dia do Desafio”, no ano de 2003, concedida pelo Serviço Social do Comércio (SESC); Prêmio Especial no XIV Festival de Teatro Amador de Acopiara (FETAC), no ano de 2003¹⁵⁵.

O Projeto Arte Criança tem acumulado uma longa lista de participações nos mais variados eventos municipais, regionais e estaduais. Por conta desse ativismo social, no ano de 2004, recebeu a Comenda “Escola Melhor, Vida Melhor”, concedida pela CREDE 16, da

¹⁵³ SILVA, Erivaldo Oliveira da. **Capoeira**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2017, p. 4.

¹⁵⁴ ZENIR INFORMA. Arte criança: barreiras e conquistas. **Caderno Cidadania**: Iguatu, CE, 13 dez. 2003.

¹⁵⁵ BELÉM, Wandenberg. ONGs discutem dificuldades e criam redes de ligação. **A Praça**, Iguatu, CE, 15 nov. 2006. Caderno Política.

Secretaria de Educação do estado do Ceará, bem como a Comenda “Você Faz Parte Desta História”, concedida pelo CAIC de Iguatu. Inúmeros projetos concluídos e em andamento fazem parte do currículo do PAC.

Dentre os projetos são destacados o “Educando com Arte”, em parceria com a Fundação ABRINQ; nessa atividade o foco era o respeito e a preservação dos direitos da criança; O Programa “Crer para Ver”, foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa foi estabelecida uma parceria com a Fundação NATURA Cosméticos; a segunda etapa foi desenvolvida em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Sempre com o intuito de ampliar suas ações, o PAC firmou convênio com a Secretaria de Cultura do estado do Ceará – SECULT, Secretaria Municipal de Educação de Iguatu e com diversas escolas públicas do município de Iguatu, oportunidade em que foi desenvolvido o Projeto de Incentivo à Leitura, denominado “A Tenda e o Conto”. Essa foi uma das mais incisivas ações do PAC no sentido de colaborar com a melhoria dos indicadores relativos ao domínio da leitura e da escrita pelos alunos e alunas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na rede pública de ensino de Iguatu.

Dentre as inúmeras parcerias desenvolvidas desde a primeira experiência do PAC em 1992, merece destaque a parceria estabelecida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES¹⁵⁶. Com essa entidade de abrangência nacional foi desenvolvido o Projeto “Transformando com Arte”. Nesse momento as atividades do PAC foram alavancadas, ganhando espaço na grande mídia, maior credibilidade ante os olhos das autoridades e comunidade locais e uma subvenção econômica que possibilitou a compra do primeiro veículo do Projeto.

Com o amadurecimento das ações e a efetividade dos projetos do PAC, inúmeras portas têm sido abertas para somar esforços. Nesse sentido, o Projeto ELO AMIGO, que trabalha no intuito de estimular o protagonismo juvenil, bem como o Projeto de Obra Social Irmãos Maristas - “Marcelino Champagnat”, de cunho confessional e que se dedica ao trabalho de reforço escolar para crianças carentes do Ensino Fundamental, têm estreitado laços de amizade e de trabalho no sentido de fortalecer as ações assistenciais levadas a efeito por essas instituições.¹⁵⁷ Hoje são mais de 1.500 beneficiários assistidos pelos trabalhos do PAC.

¹⁵⁶ BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Ficha de identificação**. Rio de Janeiro: Programa de apoio a crianças e jovens em situação de risco social, 2002, p. 5.

¹⁵⁷ BELÉM, 2006, p. 9.

4.4 Avaliando o Projeto Arte Criança

É incomensurável o valor social do Projeto Arte Criança para a sociedade igatuense. Uma cidade de porte médio, incrustada no sertão central do estado do Ceará, vive hoje a manifestação das mais horrendas mazelas sociais muito comuns ao dia a dia dos grandes centros urbanos do país. Debruçar-se sobre a realidade social e econômica de crianças e jovens em situação social de risco, levando-lhes não migalhas, restos, sobras ou esmolas, mas, esperança, autodesenvolvimento, possibilidades de avanço no conhecimento, na escolaridade, no enveredamento pelo caminho da felicidade, da realização, do sonho, da cultura de paz, da tolerância e do crescimento pessoal.

Lamentável, descabida, desproporcional, desnecessária e desabonadora é a realidade com que vive e sobrevive esse Projeto. Inúmeras são as dificuldades, como a falta de recursos, de pessoal, de material, de um local seguro e adequado, que seja possível abrigar permanentemente as atividades e os subprodutos oriundos do processo ensino-aprendizagem desenvolvidos pelos sócios-educadores que integram o Projeto Arte Criança. Urge perceber a questão cultural como um pré-requisito à Democracia:

[...] a produção cultural é imprescindível a todo país que almeja empoderar sua sociedade civil em busca da democracia plena. A cultura, pela sua força simbólica e econômica, pode engendrar mecanismos de aprofundamento da cidadania, aprimorando os ambientes sociais, desenvolvendo criatividade, inovação e sustentabilidade, além de promover o respeito às diferenças e à diversidade e a redução de níveis de violência direta. É por meio dos valores culturais que a pessoa se enxerga como sujeito pertencente a uma nação. A política cultural deve ser vista como fator de inclusão social, uma vez que é primordial na geração não apenas de opções de lazer, mas de alternativas para renda e na ampliação de possibilidades de comunicação e criação¹⁵⁸

No sentido antropológico, a cultura enfatiza as visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas, experiências diferenciadas dos diversos grupos humanos. Trata-se de um direito do cidadão e da cidadã, direito de acesso aos bens e obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural. Contudo, a indústria cultural e o neoliberalismo negam esses traços da cultura, reforçando-a como cultura de massa, onde as obras de pensamento e de arte se tornam reprodutivas e repetitivas; e, de trabalhos de criação, tornam-se eventos para consumo¹⁵⁹.

Inadmissível a realidade franciscana em que vive o Projeto Arte Criança. Percebe-se

¹⁵⁸ COSTA, Camila Furlan da. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003 a 2015: um caminho para geração de renda monopolista. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 509-527, jul./ago. 2017.

¹⁵⁹ COSTA, 2017, p. 511.

a inexistência de uma política pública consistente e contínua voltada à questão cultural, muito embora

[...] no período de 2003 a 2015 houve um aumento de 57,4% na demanda por recursos para o desenvolvimento de projetos na área de cultura passando, em 2015, a mais de 11 mil projetos apresentados para o Ministério da Cultura. Em 2011, ano com o maior número, foram apresentados mais de 14 mil projetos. Entre eles também houve um aumento significativo no número de aprovados pelo MinC, com um crescimento no período de 29,2%. O aumento mais significativo ocorreu em relação à quantidade de projetos efetivamente apoiados, aqueles que conseguiram captar o recurso no mercado, havendo um crescimento de 104,2% no número de projetos em 2015 em relação ao ano de 2003. O número de projetos apoiados tem apresentado um crescimento mais regular do que a quantidade de projetos apresentados. Apenas 27,9% dos projetos apresentados (11.274) em 2015 foram efetivamente apoiados (3.151) por meio da Lei de Incentivo à Cultura (LIC)¹⁶⁰.

A Lei de Incentivo à Cultura gerou um pouco mais de 13 bilhões de reais em investimentos em cultura. No período de 2003 a 2015 foram demandados 93 bilhões de reais em recursos para os projetos apresentados ao Ministério da Cultura (MinC). Desse montante, foi autorizada a arrecadação de 55 bilhões de reais por meio da Lei de Incentivo à Cultura (LIC). Entretanto, os proponentes de projetos culturais conseguiram captar no mercado apenas 26% do total aprovado. Muitos projetos culturais não foram implementados por falta de investimentos do mercado. Acrescente-se ainda a distorção na distribuição dos recursos que de forma majoritária estão presentes na região Sudeste do país, concentrando 79,2% do total investido¹⁶¹.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil estão entre os 10 principais incentivadores da cultura em todos os anos no período de 2003 a 2015. Constata-se que os principais incentivadores da cultura no Brasil são empresas públicas e sociedades de economia mista que pertencem ao Estado. Das empresas privadas identificadas entre os principais financiadores da cultura no país há um predomínio do setor financeiro, seguido por mineração e telecomunicações. O Instituto Itaú Cultural aparece entre os 10 principais captadores de recursos por meio da LIC em todo o período. Há concentração de proponentes na produção cultural: 75% do total investido em cultura por meio da LIC foi captado no mercado por apenas 19,14% das empresas que apresentaram projetos¹⁶².

É flagrante a percepção de que o que está acontecendo é a privatização do dinheiro público por meio da Lei de Incentivo à Cultura, beneficiando aqueles que por demais já são beneficiados, relegando os menos afortunados à própria sorte e a ter que viver de improvisos e

¹⁶⁰ COSTA, 2017, p. 514.

¹⁶¹ COSTA, 2017, p. 518.

¹⁶² COSTA, 2017, p. 520- 521.

sempre promovendo malabarismos para levar a diante suas atividades.

O conceito de cultura como política pública governamental representa apenas uma retórica, já que a população não tem acesso aos bens e obras culturais que representam a diversidade do nosso país. Com o aparato legal hoje existente, o dinheiro público não é recolhido pelo Estado como tributo e é transformado em instrumento de incentivo cultural. Contudo, isso não garante o acesso e tampouco a produção pela maioria da população que, em última instância, é quem a financia. O dinheiro público é transformado em benefícios privados, monopolizado por algumas poucas empresas e regionalmente centralizado. As políticas públicas voltadas para a cultura se apresentam deformadas ao não abrangerem as massas e ao não incentivarem a diversidade da produção cultural de maneira simbólica, conforme o conceito antropológico. E isso acontece porque é o mercado, por meio das empresas privadas e públicas, quem determina os projetos a serem financiados.

A manutenção da forma de financiamento público do setor, por meio da permanência da LIC, faz com que poucos tenham acesso aos recursos públicos, uma vez que o mercado tende a manter a concentração da produção cultural do país sobre o controle de poucos, não distribuindo os recursos de uma forma equitativa. É necessário promover uma reforma no financiamento dos projetos culturais, caso contrário, as atuais políticas públicas de financiamento deverão manter a tendência do uso da cultura para geração de monopólios, além de o acesso aos bens culturais permanecer restrito a pequenas parcelas da população, impossibilitando uma efetiva atuação governamental no fomento da diversidade cultural e regional do Brasil.

Sugere-se ao Projeto Arte Criança procurar a promoção maior de suas atividades, criando mecanismos para uma mobilização em massa da população iguatense no sentido de pressionar o Poder Público Municipal a fim de que sejam garantidas as verbas indispensáveis ao seu bom funcionamento, bem como envide esforços nas instâncias superiores da Federação, notadamente os governos do estado e federal, para que também viabilizem a existência do Projeto.

5 CONCLUSÃO

Ao finalizar este trabalho tem-se a sensação do dever cumprido. No primeiro capítulo, sobre a História da Infância, verificou-se que nem mesmo o uso dito “pedagógico” dos castigos físicos para a educação das crianças indígenas era suficiente para fazê-las esquecer de suas origens culturais. Ao chegar à adolescência esses jovens retomavam os hábitos culturais de seus povos, fazendo-nos perceber aí uma forma de resistência e de manutenção de suas tradições. De 1758 até 1990 uma vasta legislação foi editada no Brasil tratando da questão da infância.

A partir de 1911 concentram-se as atenções para o combate ao Trabalho Infantil. Desde aquela época, autoridades públicas e representantes do Poder Legislativo registravam frequentes reclamações em relação à inexistência de informações fidedignas sobre o assunto, ora sendo superfaturadas, ora sendo subfaturadas, de acordo com interesses particulares. Contudo, a temática desperta acalorados debates nacionais e internacionais, entre diversas instâncias administrativas, objetivando a sua erradicação.

Somente em 1983, por meio do Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED) são esboçados os primeiros esforços no estado do Ceará no sentido de traçar uma Política Pública voltada para as crianças e adolescentes. A partir daí, inúmeros Planos foram sequenciados: Plano de Desenvolvimento Sustentável (1995 – 1998), Plano Consolidando o Novo Ceará (1999 – 2002), Plano Ceará Cidadania (2003 – 2006), Plano de Governo da Coligação Ceará Vota para Crescer (2007 – 2010) e o Plano Plurianual (2012 – 2015). Os Planos de Políticas Públicas acima apresentados mostram os esforços do Poder Público do estado do Ceará, no sentido da inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com a contemplação de políticas sociais básicas, principalmente, de educação, saúde, segurança, emprego, assistência social, lazer, cultura, esportes etc.

O tema da inclusão e da exclusão social se mostrou como uma questão de largo espectro, perpassando pela economia, pobreza, miséria, falta de oportunidades, carência e inacessibilidade aos bens e serviços sociais, aspectos relativos à raça, etnia, gênero, credo religioso, orientação sexual, origem, dando forma a processos de negação e violência, por meio de preconceitos, misoginia, xenofobia, intolerâncias, dentre outros. O enfrentamento de todas essas questões exige o investimento em educação, capacitação, protagonismo social das pessoas submetidas às situações de vulnerabilidade.

A Igreja Católica passou a capitanear inúmeras lutas sociais por meio dos movimentos sociais progressistas, fundamentando a chamada Teologia Pública, defendendo o diálogo

interconfessional e inter-religioso por intermédio de ações contextualizadas, com abordagens inter e transdisciplinares de sua doutrina social. Sempre lembrando que desde o Antigo Testamento já se fazia referência à questão da exclusão social. O que se busca agora é o rompimento com o eclesiocentrismo a fim de que esses diversos diálogos sejam estabelecidos.

A Igreja Católica afirma que o Evangelho é uma ideologia inclusiva e que essa, por sua vez, se dá por meio da caridade colocada em prática pelos cristãos voluntários, pelas entidades filantrópicas e assistenciais e movimentos leigos. Chama-se à atenção para a questão do cuidado e da compaixão com os mais necessitados e é nesse contexto que se insere o Projeto Arte Criança, uma Organização Não Governamental, caracterizada como atividade do Terceiro Setor, oriunda de uma experiência aplicada pelos artistas Cleodon de Oliveira e Nonato de Moura numa Colônia de Férias realizada em uma escola estadual de ensino fundamental e médio do município de Iguatu-CE.

Ao longo dos anos o Projeto Arte Criança contraiu para si a responsabilidade de oportunizar ao seu público-alvo a prática de vivência social, cultural e educativa, socializando o saber e propiciando o aprendizado para o exercício consciente da cidadania, do respeito e da valorização das expressões culturais locais, conseguindo com isso o estabelecimento de diversas parcerias públicas e privadas.

O Projeto Arte Criança se estrutura por intermédio de quatro grandes programas de ação: Educando com Arte; Educando com a Música; A Tenda e o Conto; Projeto Capoeira. Todas as ações desses programas colocam sempre em evidência a necessidade e a importância da escolarização dos seus beneficiários, com permanência e sucesso em sala de aula, prestigiando os conteúdos programáticos de Língua Portuguesa e Matemática, com um trabalho de acompanhamento e orientação com os alunos, professores, equipe pedagógica das escolas e as famílias dos seus participantes.

Em toda a sua trajetória de trabalho os integrantes do Projeto Arte Criança encaram como maior desafio o enfrentamento à evasão escolar, o consumo de bebidas alcoólicas, o uso de drogas ilícitas e a gravidez precoce. Busca-se incessantemente o resgate da autoestima e o incentivo ao protagonismo social das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que são atendidos pelo projeto

O Programa Educando com Arte é desenvolvido por meio de técnicas didáticas da Arte Educação, objetivando a formação humana dos beneficiários, contextualizando os conteúdos abordados a fim de que seja entendida a realidade do entorno dos participantes.

O Programa Educando com a Música busca a familiarização com o manuseio de instrumentos musicais diversos, estimulando a interatividade, a leitura, a criatividade e a comunicação, favorecendo um relacionamento harmonioso entre os educandos.

O Programa A Tenda e o Conto é desenvolvido com os alunos da primeira etapa do ensino fundamental (1º ao 4º ano), incentivando-os ao hábito da leitura e o resgate do imaginário infantil. A principal atividade é através do teatro de bonecos. Destaca-se a ludicidade e o sentido prazeroso dos hábitos de leitura e escrita.

O Projeto Capoeira envolve objetivos de inclusão social através do desporto, da dança, da arte, da História e da música. São evidenciados os aspectos da ancestralidade e da afrodescendência dos brasileiros e da sua cultura.

Ficou evidenciado neste trabalho que o Projeto Arte Criança tem desenvolvido um trabalho de inclusão social de crianças e adolescentes da mais alta valia para a promoção da dignidade social, da valorização da arte e da cultura como mecanismos indutores da elevação da autoestima, do autorreconhecimento do ser humano enquanto cidadão e cidadã dotados de direitos e deveres que devem ser buscados de forma autônoma, tendo como horizonte a paz social, independentemente de sua posição na pirâmide que estabelece as diferenças sociais em função do poder aquisitivo das pessoas.

Estudiosos da Metodologia Científica afirmam que “os trabalhos acadêmicos, em qualquer nível, poderiam ser mais pertinentes se também fossem relevantes em termos sociais, ou seja, estudassem temas de interesse comum, se se dedicassem a confrontar-se com problemas sociais preocupantes¹⁶³”. Considerando o fato de que no Brasil existem cerca de 2,5 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil¹⁶⁴, percebe-se que este trabalho galgou plenamente os seus objetivos, haja vista trazer à visibilidade o importante trabalho de inclusão social de crianças e adolescentes do município de Iguatu que é desenvolvido pelo Projeto Arte Criança, expostos à situação de vulnerabilidade social, promovendo e aperfeiçoando o aprendizado escolar, através de atividades de reforço extraclasse.

As hipóteses aqui levantadas foram plenamente ratificadas, pois as ações do Projeto Arte Criança articuladas em quatro grandes programas (Programa Educando com Arte; Programa Educando com a Música; Programa “A Tenda e o Conto”; Projeto Capoeira), tornam visíveis que a arte e a cultura têm papel determinante na formação e na transformação

¹⁶³ PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 19.

¹⁶⁴ COSTA, Marcos. **A curvatura da banana**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. p. 214.

do indivíduo no seio da sociedade, tendo em vista que elas favorecem o exercício da cidadania, a busca por melhoria da qualidade de vida, a capacidade de desenvolver, com qualidade, a projeção natural da vida desse indivíduo, com a premissa de que essa transformação seja contínua e relevante.

A continuidade deste trabalho nos remeteria, agora, ao diagnóstico de como se encontra a realidade social, profissional e de trabalho dos egressos do Projeto Arte Criança nos dias atuais; considera-se oportuno também verificar dentre os egressos quantos e quais retornaram voluntariamente para dar continuidade ao trabalho do Projeto; no que se refere ao acompanhamento didático e pedagógico, procurar saber qual viés é considerado pelos oficinairos no trabalho com os professores e a equipe pedagógica das escolas atendidas pelo Projeto; seria importante também auferir o grau de satisfação da direção das escolas em relação às ações e os resultados do Projeto; oportuno também seria um levantamento com as famílias de estudantes beneficiários do Projeto, no sentido de auscultar os seus anseios e as suas satisfações em relação ao trabalho realizado. Contudo, essa é uma indicação para outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- A EDUCAÇÃO como meio de inclusão social do adolescente em conflito com a lei. **Portal da Educação**, São Paulo, 2011. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br>. Acesso em: 9 jan. 2018.
- ALONSO, Luiza Beth Nunes *et al.* Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. p. 154-177, 2010.
- ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.
- ANDRÉ, Marli; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia: Ensino Médio**. São Paulo: Scipione, 2016.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Medidas socioeducativas para jovens em situação de risco: prevenção, aplicação e eficácia**. Fortaleza: INESP, 2007.
- A TENDA e o conto, objetiva despertar crianças para leitura. **A Comunidade**, Iguatu, CE, 4 dez. 2003. Caderno Cidade.
- BASTOS, Joana Pinho Duarte. **Concepções e práticas inovadoras na inserção social pela qualificação e trabalho: o caso do projeto dar Sentido à Vida**. 2016. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Coimbra, Portugal, 2016.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Ficha de identificação**. Rio de Janeiro: Programa de apoio a crianças e jovens em situação de risco social, 2002.
- BARBOSA, Honório. Projeto arte criança promove inclusão social em Iguatu. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/projeto-arte-crianca-promove-inclusao-social-em-iguatu-1.708790>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- BELÉM, Wandenberg. ONGs discutem dificuldades e criam redes de ligação. **A Praça**, Iguatu, CE, 15 nov. 2006. Caderno Política.
- BOBATO, Nadia Mendes; SOUZA, Waldir. Teologia e bioética e suas interconexões com as Comunidades Eclesiais de Base. **Caderno Teológico da PUCPR**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 97-112, 2014.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BONETI, Rita Vieira Figueiredo. O papel da escola na inclusão social do deficiente mental. *In*: MANTOAM, Maria Teresa Eglér (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997.

BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2013.

_____. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre o terceiro setor**. Brasília, DF, 2016.

_____. **Mapeamento do encarceramento: os jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, 2015.

BRASIL. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **Criança não é de rua**. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2017.

CAMARGO, Eduardo Martins de. **O Estado democrático brasileiro e os mecanismos de inclusão e exclusão social do adolescente em conflito com a lei**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

CAMPOS, A. *et al.* **Atlas de exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTEL, R. **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTRO, Bruno Ronchetti de. **Supervisão do departamento de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas – DMF- relatório de gestão**. Brasília, DF: CNJ, 2017.

CEARÁ. **Plano Decenal do Estado do Ceará: 2016 – 2026**. Fortaleza: STDS, 2016.

CENTRAL NACIONAL DE TELEVISÃO (Brasil). Trabalho infantil ainda é uma triste realidade. **Jornal da CNT**, Brasília, DF, ano 6, ed. 65, jun. 2016.

CICILIATO, Fábio; MOREIRA, Neir. A responsabilidade social da Igreja Evangélica contemporânea segundo o modelo de Cristo. **Revista Teologia e Espiritualidade**, Curitiba, n. 4, out. 2014.

CISNE, José Joaquim Neto; CISNE, Letícia Maria Carneiro. Políticas Públicas para a infância e adolescência no Brasil: uma breve abordagem histórica e o desafio da descontinuidade. **THEMIS Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**, Fortaleza, n. 1, v. 1, p. 125, 2016.

COELHO, Marly dos Reis Pereira; ALVES, Maria de Oliveira. O menor aprendiz: contrato de aprendizagem e o desenvolvimento social nas relações de trabalho. **Ampliando Revista Científica da FACERB**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social (2003-05)**, Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003), 773 final, 2003.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa: evidências e recomendações para a prevenção de homicídios na adolescência**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Catequese Renovada: documento 26**. 39. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Brasil). **A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro - 2016**. Brasília, DF, 2016.

CORREIA, Marcos Antônio. A função didático-pedagógica da linguagem musical: uma possibilidade na educação. **Revista Educar**, Curitiba, v. 1, n. 36, p. 127-145, 2010.

COSTA, Adriano Borges. **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Polis; Brasília, DF: Fundação Banco do Brasil, 2013.

COSTA, Ana Lucia Peixoto. **Política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) — Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

COSTA, Camila Furlan da. O financiamento da cultura no Brasil no período 2003 a 2015: um caminho para geração de renda monopolista. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 509-527, jul./ago. 2017.

COSTA, Leandro Oliveira (Org.). **Perfil populacional do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2010.

COSTA, Marcos. **A curvatura da banana**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. Notas sobre exclusão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 96, p. 93-109, 2008.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 407-423, abr./jun. 2016.

DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os Jesuítas na Colônia. *In*: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. Inclusão social e cidadania. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL WELFARE, 32., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2006.

FIGUEIRA, Emilio. **Teologia da inclusão**. São Paulo: Figueira Digital, 2015.

FIOCRUZ. Lugar de criança e adolescente é na escola. **Revista RADIS**, Rio de Janeiro, n. 136, jan. 2014.

FOREST, Marsha; PEARPOINT, Jack. Inclusão: um panorama maior. *In*: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, [S.l.], v. XVI, n. 1, p. 5-20, 2008.

GARCIA, Antonio Frederico; XAVIER, Silvia Cristina Aparecida; OLIVEIRA, Vera Lucia Leite de. **Deficiência com eficiência**: dos direitos da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: OAB/SP, 2006.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão**: uma análise no campo da Educação Especial brasileira. 2004. 216 f. Tese (Doutorado) — Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Andréa. **Cartilha de inclusão dos direitos da pessoa com deficiência**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOHN, M. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 223-244, 2008.

GOMES, Ilvana Lima Verde. A criança e seus direitos na família e na sociedade: uma cartografia das leis e resoluções. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 1, n. 61, p. 61-65, 2008.

GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **Teologia da Libertação e Renovação Carismática católica**: religião e política na Arquidiocese de Londrina. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

HÜNEMEIER, Alessandra Inês. Teologia pública no Brasil. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: EST, 2012. p. 1521-1538.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Mapeamento de entidades da rede governamental e não governamental de proteção social no Estado do Ceará**. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão, 2016.

KURZ, Marcia Liliane Barboza. Crianças e adolescentes: do direito à realidade da inclusão social no município de Selbach/RS. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XV, n. 106, nov. 2012. Disponível em: <www.ambitojuridico.com.br>. Acesso em: 9 jan. 2018.

LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e construção de identidades. *In*: AMARAL JR, Aécio; BURITY, Joanildo (Org.). **Inclusão social, identidade e diferença**: perspectiva pós-estruturalista de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

LANGER, Adriane Daiane Dessbesell. **A linguagem musical e a formação do educando**. 2013. 26 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2013.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Lana Large da Gama; VENÂNCIA, Renato Pinto. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. *In*: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. **Revista Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 13-24, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? *In*: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997.

MARCONI, Maria d Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MASELLA, Marcio Alexandre. **A inclusão do adolescente autor de ato infracional e a rede de proteção**: um olhar interdisciplinar. Brasília, DF: RENADE, 2015.

MAZZA, Jacqueline. Inclusão social, mercado de trabalho e capital humano na América Latina. *In*: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Org.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Relações interpessoais na inclusão de pessoas com deficiência: estudo sobre o apoio psicológico a pessoas com deficiência visual: **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbio do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 53-82, 2007.

MENEZES, Deise Emanuele Lima de. A tecnologia, a exclusão digital, social e as relações trabalhistas. **Juridicocerto**, São Paulo, n. 1, maio 2016. Disponível em: <www.juridicocerto.com>. Acesso em: 11 dez. 2017.

MINAS GERAIS. Comissão de Formação Teórica e Prática do Programa de Inclusão dos Egressos do Sistema Prisional. **O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. *In: DEL PRIORI, Mary (Org.). História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. *In: PEREIRA, L. (Org.). Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

OLIVEIRA, Eider Arantes; GODOI-DE-SOUSA, Edileusa. O terceiro setor no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 4, n. 3, set./dez. 2015.

OLIVEIRA, Lucio José de. **Sustentabilidade do modelo agrícola**: um estudo de caso. 2009. 83 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Rafaela Gonçalves de. Trabalho e exclusão social no Brasil. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. XX, n. 161, jun. 2017.

OTON, Karla Muniz Barreto. Teologia e inclusão social. *In: CONGRESSO ANPTECRE, 5., 2015, João Pessoa. Anais...* João Pessoa: ANPTECRE, 2015.

PEREIRA, Elizabete Aparecida; RIBEIRO, César Leandro. A inclusão da pessoa com deficiência na vida comunitária eclesial: contexto, perspectivas teológicas e horizontes de ação. *Caderno Teológico da PUCPR*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 208-245, 2014.

PINTO, Rubia-Mar Nunes; OLIVEIRA, Cristina Borges de. Esporte, infância e juventude despossuída: uma análise das ONGs como acontecimento discursivo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 39-48, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROJETO ARTE CRIANÇA. **Ampliando suas ações**: Iguatu, CE, 2011.

_____. **Relatório de atividades**. Iguatu, CE, 2015.

_____. **Relatório de atividades**. Iguatu, CE, 2016.

_____. **Relatório de atividades**. Iguatu, CE, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Marginalidad e informalidad em debate. *Tercer Milênio*, jan. 2000.

REIS, Carlos Nelson dos. **Economia solidária**: um instrumento para a inclusão social? [2007?]. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/e 10-02. pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ROCHA, Carmen Lucia Antunes. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. *Rev. IBDH*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 49-67, 2016.

ROSA, Elisa Silva; SCHROEDER, Timóteo. Bicicleta como objeto promotor da inclusão social. *In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES*, 28., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2014.

SÁ, Emidio Sanderson Dias. Breve panorama da Cultura no Brasil e Ceará. *In: SEMINÁRIO POLÍTICAS PARA DIVERSIDADE CULTURAL*, 3., 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2014.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. 18 anos de ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direitos brasileiro. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 152-154, abr./set. 2007.

SANTOS, Francilene Pereira. **Portfólio: Projeto Arte Criança**. Iguatu, CE: Projeto Arte Criança, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Roniê. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAUER, Leandro; CAMPELO, Estevan; CAPILLÉ, Maria Auxiliadora Leal. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande – MS: uma nova reflexão**. Campo Grande: Oeste, 2012.

SILVA, Cláudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

SILVA, Erivaldo Oliveira da. **Capoeira**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2017.

SILVA, Gislene Santos de Paula e. **A importância do ensino de arte no contexto escolar de uma escola de ensino fundamental**. 2015. 48 f. Monografia (Monografia de Especialização em Ensino de Artes Visuais) — Escola de Belas Artes, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Natanael Gabriel; GONÇALVES, Alonso. Pastoreio e compaixão: uma contribuição à pastoral urbana a partir da teologia pública. **Revista Ciber Teologia: Teologia e Cultura**, São Paulo, ano X, n. 45, p. 76-77, 2014.

SINNER, Rudolf von. Teologia pública no Brasil: um primeiro balanço. **Revista Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, ano 44, n. 122, p. 11-28, jan./abr. 2012.

SOUZA, Carolina Bezerra de. A teologia pública e a questão da cidadania e da violência contra a mulher. **Revista Caminhos**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 139-150, 2013.

SOUZA, Jessé (Org.). **Crack e exclusão social**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.

SOUZA, Laura de Melo e. O Senado da Câmara e as crianças expostas. *In: DEL PRIORI, Mary (Org.). História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

STOROLI, Fernanda Quevedo. **Inclusão social e esporte**: os significados-sentidos da capoeira para adolescentes em situação de pobreza. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

VARGAS, Roberta Dannemann. **Desenvolvimento do gosto pela leitura na primeira infância**: projetos escolares. 2009. 46 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Crianças invisíveis**: o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília, DF: FLACSO Brasil, 2016. Disponível em: <www.flacso.org.br>. Acesso em: 8 dez. 2017.

YAZBECK, M.C. A política social brasileira nos anos 90: refileantropização da questão social. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

ZENIR Informa. Arte criança: barreiras e conquistas. **Caderno Cidadania**, Iguatu, CE, 13 dez. 2003.